

**A EVOLUÇÃO DA FORMA URBANA DE GUIMARÃES  
E A CRIAÇÃO DO SEU PATRIMÓNIO EDIFICADO**

---

Prof. Arq. Bernardo Ferrão com Dr. José Ferrão Afonso

## 1 - A BIPOLARIZAÇÃO DA CIDADE ( Sécs. X e XII )

Se a estrutura viária romana do nosso território, orientada em geral no sentido norte/sul e articulada, fundamentalmente, entre grandes centros administrativos, colocará a futura área urbana vimaranense muito próxima de S. João da Ponte, um importante nó de estradas estratégicas do Império, a posterior estrutura viária medieval, muitas vezes independente das vias romanas e de traçado alternativo nascente/poente, ao articular povoações, vilas, e cidades próximas, assegurará a essa área, sobretudo já na Baixa Idade Média e graças a uma notável convergência viária com as principais povoações do litoral e do interior, uma importância política, económica e artesanal muito significativa. De destacar, neste contexto, o atravessamento da área urbana em formação pela mais importante estrada medieval contemporânea, que ligava Monção, Braga, Guimarães, Lamego, Viseu e Coimbra, de direcção norte/sul e que já existia, por certo antes do acto fundacional de Mumadona, visto cruzar o Ave na Ponte Petrina, pelo menos desde 957.

No actual estado de atraso da investigação da história urbana vimaranense, como na de outras contemporâneas cidades portuguesas, não parece ser muito produtivo analisar hipotéticas fundações pré-urbanas dos sécs. VII e VIII. Assim, e face a estas limitações, é preferível vê-la mais como um fenómeno que se insere no quadro da Reconquista. Integrada em território cristão desde a Alta Idade-Média, a sua existência urbana era uma realidade irreversível no início do século XI, depois de, pela última vez e com Almançor, os muçulmanos terem atacado a norte do Douro.

Os passos iniciais da urbanização de Guimarães articulam-se, no contexto supracitado, com a presença na região das contemporâneas famílias condais portugalenses. Será neste quadro que, entre 950 e 959, a Condessa Mumadona Dias, viúva do Conde Hermenegildo Mendes dará o passo inaugural da futura formação urbana ao mandar edificar um mosteiro dúplice "in loco predicto villa vocitata Vimaranes". O mosteiro, instalado na sua Quinta de Vimaranes, junto à via Braga/Lamego/Coimbra que ela própria considerará local "convinhável", vizinho do Paço que aí possuía e com localização que hoje corresponde à do complexo da Igreja de

N.S<sup>a</sup> da Oliveira, será largamente dotado com a totalidade das suas propriedades que se estendiam da Galiza a Coimbra, e com as doações de Ramiro II, Rei de Leão, e de Gonçalo Mendes, seu filho, cedo se tendo convertido num dos únicos senhorios monásticos portugalenses anteriores ao século XI, e por isso, num importante centro religioso, sócio-político e económico. Acompanhando o processo de consolidação e crescimento deste importante conjunto monástico "duplex", indispensável terá sido a fixação na sua envolvente próxima, de um núcleo populacional para seu serviço, tanto mais que o cenóbio tinha obrigação de hospedar os caminhanes, consolidando-se a progressiva urbanização do burgo "canónico" nascente na medida do subsequente desenvolvimento daquele conjunto.

Entretanto, e um pouco por toda a Europa contemporânea, convulsões internas e ameaças de invasão iam fazendo pontuar a paisagem com castelos e muralhas urbanas para defesa de tais perigos. No noroeste portugalense essas ameaças eram protagonizadas pelas invasões mulçumanas e pelas razias normandas e, próximo e a norte do recente mosteiro, o "Monte Latito" correspondia pelas suas características topográficas às necessidades defensivas que uma fortificação contemporânea pressupunha.

Neste contexto doará a Condessa Mumadona ao mosteiro, em 968, o castelo que entre 950 e 957 mandara edificar no Monte Largo, para sua protecção e do burgo nascente que entretanto o ia envolvendo. Tratar-se-ia, nessa época de um castelo "roqueiro" bastante fruste, constituído por uma estrutura, possivelmente de pedra solta e madeira, que preenchia as falhas da coroa rochosa que pontuava aquela eminência. O castelo monástico inicial, transformar-se-á posteriormente, face as alterações socio-políticas entretanto ocorridas, em fortificação condal e depois real, assumindo, progressivamente, uma relevância interregional.

No contexto das perturbações do "ano mil", onde a luta contra os sarracenos constituía preocupação e terror dominantes, o novo cenário urbano vimaranense, agora definido pelo mosteiro, burgo envolvente e castelo roqueiro apresentarão um quadro característico do urbanismo contemporâneo da cristandade ocidental: na planície um núcleo eclesial e na colina uma fortificação.

Parece lícito admitir, e embora as notícias mais antigas remontam a 950, que em torno do mosteiro de Mumadona se tenham, progressivamente, acolhido populações vizinhas, pois consideradas ainda as naturais dificuldades decorrentes das invasões

mulçumanas, parece não ter existido "ermamento" na área vimaranense. Todavia a nascente e prometedora urbanização iniciada na 2ª metade do séc. X poderá ter tido alguma desaceleração quando, em meados da centúria seguinte, os condes portugalenses e o mosteiro vimaranense entraram em fase de declínio. De resto, isso mesmo se constata no foral de 1096 do Conde D. Henrique, onde é patente, dentre outras preocupações, um esforço para atrair povoadores a Guimarães, sede do recém fundado condado portugalense, e confirmada a instalação palaciana, parece ser a partir da administração do conde que se assiste ao desenvolvimento consolidado do burgo baixo e monástico.

Entretanto, na época condal, as características ainda roqueiras do castelo e o facto da residência senhorial se situar provavelmente no burgo baixo, indiciam não estarem ainda criadas condições para a urbanização envolvente da fortificação, que só se verificará mais tarde, pelo que é de pressupor que, à época, aquele se encontrasse, ainda, em arrogante isolamento.

É com D. Henrique e D. Teresa que o primitivo castelo roqueiro terá sido reordenado ou reformulado, através da criação de um pano amuralhado envolvente, com implantação próxima da actualmente existente. Será então e após D. Sancho demarcar o termo da Vila Alta, circuitando-a a cavalo, como se depreende das Inquirições de 1258, que parece ter-se executado a característica cerca baixa envolvente do castelo românico, no quadro de procedimento genérico similar ocorrido contemporaneamente em inúmeras vilas sem tradição de sede episcopal, como Ponte de Lima, no Norte, ou Santarém, no Sul, face ao clima de razias e guerra permanentes. Com a reformulação do primitivo castelo roqueiro, e a construção da cerca baixa envolvente, que poderia enquadrar já alguma urbanização pré-existente, criar-se-á, na transição do séc. XII para o séc. XIII, um segundo e significativo pólo de fixação humana, visto que a existência daquele e desta não só presupunham, agora, a permanência de guarnições militares compatíveis com uma relevância interregional, como também, e por serem residência de senhores, não dispensavam a presença de mão de obra "corveável", assumida pelo povo, à época a única classe com o dever e o direito ao trabalho, como ainda, por uma e outra razões servirem de lugar de reunião e permuta populares.

Inicialmente urbanizada em torno do mosteiro e posteriormente em torno deste e no interior da cerca envolvente do castelo, a urbe vimaranense assumirá então um perfil urbano comum às cidades europeias e portuguesas contemporâneas, à época

definidas pela existência de dois pólos urbanos iniciais, a "Vila Alta" e a "Vila Baixa", um cenário que, como refere Lavedan, tenderá a transformar-se posteriormente pois, "...les villes hautes ont toujours tendance à descendre en plaine...". Ocorre por outro lado, e em termos de imagem da cidade, que a bipolarização urbana inaugural atrás referida, definirá um vector de expansão urbana que será assumida, sistematicamente, no seu posterior desenvolvimento.

A vila em crescimento viverá, entretanto, intensamente, o período de formação da nacionalidade, confirmando D.Afonso Henriques em 1128, no ano da batalha de S. Mamede, a carta de foral de seu pai, dirigindo-se aos "..bonos homes de Vimaranes..." para lhes garantir e ampliar as franquias concedidas em 1096. O velho mosteiro de Mumadona será transformado, entre 1107 e 1110, em Colegiada Real, assumindo na hierarquia das instituições congéneres um lugar cimeiro, quer graças aos privilégios que os primeiros reis lhe concederão, quer por usufruir duma imagem da Virgem Maria, à época considerada milagrosa, que cedo contribuirá para a transformação da sua igreja em importante centro de romagem, premissas sócio-religiosas que incentivarão a consolidação e expansão do burgo baixo envolvente.

Desempenhando importante papel na defesa de um conjunto de prerrogativas, frente às constantes intromissões da Sé bracarense, o velho mosteiro terá sido reestruturado um pouco mais tarde, na primeira metade do séc. XIII, mantendo embora dimensões relativamente reduzidas, como o testemunham hoje ainda a Sala do Capítulo, com os seus arcos seguindo um gosto revivalista da arte pré-românica de que é exemplo a torre moçárabe do convento próximo de Sta. Maria da Costa..

Também a presença da corte condal, posteriormente real, e pese embora o seu carácter nómada, contribuirá, em paralelo com o papel da igreja, para o desenvolvimento urbano da vila, à imagem aliás do que entretanto acontecia, ou viria a acontecer, em inúmeras cidades portuguesas por onde aquela igualmente itinerava. Daí que, e por outro lado, para além do Paço Real, se fossem construindo na povoação em formação, alguns outros «paços», pertença de altos dignatários régios, eles também fomentadoras de urbanização envolvente, como foi o caso dos de um mordomo, de um capelão e dum alferes de D. Afonso Henriques, cuja localização ou vestígios, infelizmente parecem ignorar-se. Excepção é o «palatium» referido na sentença de D. Afonso III, datada de 15 de Agosto de 1272, que confirma os foros e regalias dos moradores da Vila do Castelo, cuja localização precisa é indicada no traçar dos limites

da vila alta: «... deinde ad petram de Menendo Mao, deinde per sub locum ubi inforçant homines, deinde ad palatium de Menendo Mao...».

Os dois pólos urbanos em formação logo serão integrados no quadro paroquial então em gestação no norte do país, importante fenómeno cívico-religioso que deixa transparecer a sua progressiva reurbanização, tanto mais que as paróquias constituíam então a célula principal da vida quotidiana. O quadro paroquial vimaranense parece ser inicialmente constituído, apenas e durante os séculos X a XIII pela Colegiada de Sta. Maria da Oliveira, a única paróquia citada como tal nas Inquirições de 1220. Testemunho de um então já significativo alargamento do burgo canónico será a construção da Igreja de S. Paio, também ali localizada, mas em sector diferenciado, que alguns nos dizem existir já em 1216 e outros datam, mais tardiamente do primeiro quartel do século XIII. Entretanto, e confirmando o desenvolvimento de mais uma área do burgo baixo, parece ter existido, já em 1114, a Igreja de S. Tiago, primitiva capela dos Francos que acompanharam a vinda para a Península do Conde D. Henrique e constituíam a guarda da Infanta D. Teresa, como se depreende das Inquirições de 1258, mas que nunca se terá assumido como paroquial.

Relativamente ao burgo canónico e a algum desfasamento temporal da urbanização do interior da cerca baixa envolvente do castelo, é de referir o facto de só nas Inquirições de 1258 surgir a Capela de S. Miguel do Castelo como paroquial, mas ainda sufragânea da de Sta. Maria da Oliveira, tendo sido sagrada, ao que parece, em 1233, o que exclui a hipótese de ali ter sido baptizado D. Afonso Henriques.

No período temporal que vimos tratando, sécs. IX/XIII, a bipolarização urbana que, quer do ponto de vista do desenvolvimento urbano, quer do da estruturação paroquial, constatamos existir, também se verifica de uma perspectiva administrativa, face à existência de dois concelhos autónomos com autonomia jurisdicional plena, correspondentes aos burgos baixo e alto. Essa situação só se alterará com D. João I, que os incorporará num só município, doravante Guimarães, atribuindo a supremacia jurisdicional ao burgo canónico. A demonstrar igualmente o contemporâneo dinamismo do duplo aglomerado estará a criação de mercados e feiras então estabelecidos com consentimento régio. Na Vila Baixa, esse dinamismo logo transparece na regulamentação do mercado local, preocupação já patente no foral de D. Henrique, com várias disposições reveladoras do activo comércio então já ali efectuado. No burgo alto, a implementação urbana é mais tardia, realizada a partir de finais do século XII,

confirmada quer pela concessão por D. Afonso III, em 1258, da primeira carta de feira a Guimarães, quer como vimos já, pela criação contemporânea da paróquia de S. Miguel, quer ainda pela confirmação, em 1272, efectuada pelo mesmo rei, do termo e imunidades anteriormente adquiridas pelos moradores do núcleo acastelado. No burgo baixo só mais tarde será instituída uma feira franca, em 1355 e sob D. Afonso IV, facto que dentre outros, indicará, como veremos, o declínio do burgo alto, ocorrido a partir de finais do séc. XIV.

Segundo as Inquirições de 1258, o aglomerado bipolar vimaranense possuiria já uma população de cerca de 2.250 habitantes vivendo em aproximadamente 500 casas, população essa que duplicará no final da centúria seguinte, incluindo-se neste apreciável quantitativo populacional as então localmente significativas colónias franca, moura e judaica. Será por certo, e dentre outras razões, esta significativa população, aliada ao desenvolvimento urbano contemporâneo que atrairão à vila, à imagem do sucedido também noutras cidades portuguesas então em formação, as ordens mendicantes de S. Domingos e S. Francisco. Pólos dinamizadores de urbanização futura, o Convento dos Dominicanos, começado em 1271, localizar-se-á inicialmente no extremo poente da malha urbana então existente na Vila Baixa, enquanto o dos Franciscanos, iniciado em 1290, se situará, também provisoriamente, no extremo sul dessa mesma malha.

Dum ponto de vista do ordenamento urbano e arquitectónico, e face ao conjunto de factos históricos que vimos referindo, a cidade estruturara-se em finais do século XIII, e na sequência da sua evolução a partir do séc. IX, em dois significativos pólos: a sul, em zona de suaves declives, situava-se uma malha urbana já com alguma dimensão mas ainda não amuralhada na época em referência; a norte, em eminência vizinha, localizava-se uma malha urbana de menor dimensão e já contida por fortificação. A circulação entre estes dois núcleos seria então garantida, talvez de forma exclusiva, por uma importante via urbana estruturante, a rua de Sta. Maria, ainda hoje assim designada, já documentalmente referida em 1173 mas por certo com existência muito anterior.

No que confere à urbanização da Vila Baixa, então ainda aberta, a sua estruturação urbana parece decorrer essencialmente da vizinhança, ou mesmo do atravessamento, após a passagem do Rio Selho na ponte de dois arcos de Caneiros, da «Villa de Vimaranes» pela importante estrada, atrás referida, que ligava Monção a Coimbra. Aí, a

Condessa Mumadona, ao erigir o mosteiro dúplice junto do seu paço, promoveu um ponto inaugural de fixação a que se sucederá, pelas razões já expostas, um núcleo urbano envolvente. A partir deste primeiro conjunto urbanizado organizado em torno de rossio fronteiro ao convento e paço, o actual largo de Nossa Sr<sup>a</sup>. da Oliveira, de que há notícia desde 1176 mas, provavelmente, é de formação anterior e que, à época, mais não seria do que um alargamento da referida estrada, estabelecer-se-ão, contemporaneamente, novas e indispensáveis ligações viárias entre o burgo nascente e outros significativos aglomerados urbanos então também em formação no noroeste português.

Neste contexto, e a partir do rossio inaugural, estabelecer-se-á uma conexão com Vila do Conde, através dum percurso que dali arrancava, na direcção poente, sucessivamente definido pelas posteriormente designadas rua dos Mercadores, só documentada em 1340 mas por certo muito anterior, pela rua da Sapateira, referida em 1167, e pelo seu prolongamento natural, a rua dos Gatos, também referida no séc. XII, então ainda certamente uma vereda rural, consolidada no século XIII com a edificação da capela e gafaria de S. Lázaro, em local próximo do actual, antes da rua cruzar o rio Selho na ponte da Sr<sup>a</sup> da Luz. Na mesma época, uma outra gafaria, esta para mulheres, designada de Santa Luzia, foi instituída na saída para Braga. A deslocação das gafarias, anteriormante situadas na zona a norte do castelo, para esta nova implantação, pode corresponder a um aumento do tráfego nessas duas vias. Com origem no mesmo rossio inaugural e bifurcando no término da rua dos Mercadores estabelecer-se-á também uma conexão com o Porto, através de Sto. Tirso, com base num percurso que dali arrancava na direcção poente/sul, sucessivamente definido pelas posteriormente designadas rua da Ferraria (referida em 1206) que, no seu término, bifurcava por sua vez também em dois prolongamentos naturais, as ruas das Molianas e da Caldeiroa (já citada em 1194), então ainda certamente também veredas que, para sul, se unificavam em caminho único. Entre a primeira das duas e a rua de Gatos, a norte, estabeleceu-se no século XIII o hospital ou albergaria para peregrinos de S. Roque, que originará a criação da posteriormante designada rua Travessa. Pelo lado NO da Vila Baixa, estabelecia-se a ligação à importante fortaleza pré-românica de Lanhoso e, finalmente, a conexão com S.Torcato, Terras de Basto e Chaves seria então assegurada através da já referida rua de St<sup>a</sup>. Maria e pelo seu prolongamento setentrional, a rua do Castelo, sita já no interior da cerca românica, após o que o



percurso se dirigia, depois de passar por Mesão Frio (referido em 1161), à Ponte de Cavez, construída no séc. XIII.

De referir no quadro da estrutura viária descrita, que a largura dos arruamentos que a constituíam, como em geral a de todas as ruas das cidades nacionais e estrangeiras contemporâneas, poderá aos nossos olhos ser considerado como incompreensivelmente estreita. Todavia, este reduzido perfil transversal resultava, naturalmente, do que a concepção espacial e as exigências funcionais coevas consideravam como necessário e suficiente em termos de uso urbano. Será o aumento de tráfego, resultante do posterior crescimento da cidade, nos sécs. XIV e XV que, aliado à construção de balcões, passadiços alpendres e sacadas nesses arruamentos, progressivamente os desadequarão das suas funções de circulação urbana.

Naturalmente que o desenvolvimento económico social do burgo monástico propiciou a progressiva urbanização marginal da estrutura viária inaugural atrás descrita. Este factor justificou, por sua vez, o simultâneo aparecimento de diversas igrejas e capelas para seu serviço, definindo essa urbanização marginal e estes edifícios religiosos os núcleos iniciais do ordenamento urbano da Vila Baixa.

Assim, a progressiva edificação lateral aos troços iniciais dos caminhos que arrancavam do rossio fronteiro ao mosteiro de Sta. Maria da Oliveira e conduziam a Braga, às Terras de Basto e Chaves e a Viseu e Coimbra, darão origem ao primeiro núcleo urbano da vila baixa, datável dos sécs. X/XI. Por sua vez, a lenta urbanização das margens das ruas que constituíam então a saída para o Porto, justificando já a edificação ali, no primeiro quartel do séc. XIII, da Igreja de S. Paio e do Albergue de Nossa Senhora do Serviço, originará a criação de um posterior eixo urbano datável dos sécs. XII/XIII. Simultaneamente, a construção ocorrida nas frentes das ruas que constituem a saída para Vila do Conde, propiciando a localização no seu extremo oriental do Convento de S. Domingos, logo em 1271, e a edificação da Capela de S. Crispim, em 1315, a meio daquela estrutura viária, originarão a criação de um eixo urbano alternativo datável também dos sécs. XII/XIII. Finalmente a construção, em 1114, da Capela de S. Tiago, na vizinhança do percurso de saída para Braga, é justificável no quadro duma contemporânea urbanização envolvente, que poderá ter sido a da primeira praça homónima, reformulada no séc. XVII, constituindo-se assim um quarto núcleo urbano, datável também dos sécs. XII/XIII.

Para além da estrutura urbana atrás referida, raras parecem ser as notícias contemporâneas acerca da existência de arruamentos transversais de interligação entre os seus diversos sectores, arruamentos esses que parecem ter surgido sobretudo já na Baixa Idade Média, face à necessidade de criação de frentes urbanas alternativas que respondessem ao significativo aumento da população da cidade então ocorrido. Duas excepções convirá todavia referir: a da rua de Alcobaça, que saindo da Rua da Ferraria na direcção sul, garantia a acessibilidade do primitivo Convento de S. Francisco ao centro da cidade, prolongando-se depois na Rua da Mosqueira, já citada em 1294, que conduzia ao então já provavelmente existente arrabalde dos Pelames, prosseguindo depois para S. Martinho do Campo e Negrelos, e a Rua Nova, documentada desde 1215, que interligava este percurso com os extremos urbanos dos eixos de saída para o Porto e para Lamego/Viseu e cujo traçado, de forma convexa, poderá ter definido a futura implantação local da muralha dionisina. De acrescentar que, na época em apreço, por certo existiriam já, na área envolvente da Vila Baixa, alguns arrabaldes minimamente urbanizados para além do dos Pelames, sítios nomeadamente ao longo das veredas que garantiam as saídas para Vila do Conde (Rua dos Gatos), para o Porto (ruas da Caldeiroa e das Molianas), para Amarante e Lamego (Campo da Feira). Talvez este seja o mais antigo dentre eles, já povoado, segundo informa Maria de Fátima Falcão Ferreira, em 1170.

Por sua vez, e no que respeita à urbanização da Vila Alta, o seu ordenamento parece decorrer dos diversos equipamentos nela integrados: a cerca, o castelo e a Igreja de S. Miguel. A primeira tinha apenas duas portas, uma a sul, que estabelecia, através da rua de Sta. Maria, o contacto entre a Vila Alta e a Vila Baixa, e uma a norte, a nascente do castelo, que dava, como já atrás se referiu, saída para S. Torcato, Terras de Basto e Chaves. No interior do perímetro amuralhado, as duas portas interligavam-se através da rua do Castelo, via estruturadora do ordenamento intramuros. A porta sul do castelo e o adro envolvente da Igreja de S. Miguel constituiriam, juntamente com ela, os elementos polarizadores da restante urbanização, por certo efectuada a partir de ruelas que interligariam aquelas portas e adro com o arruamento. Este ordenamento, fruste e de dimensões inferiores ao contemporaneamente existente no burgo baixo, não terá, ao que parece, ocupado significativamente o diedro sul-poente da cerca, mais tarde terraplanado e preenchido com o Paço Ducal.

Mantendo notória importância, pelas razões já aduzidas, até finais do séc.XIV, o burgo alto fortificado passará a partir de então, e após a edificação das muralhas dionisinas, a despovoar-se progressivamente, começando entretanto a ser designado como "Cerca Velha ou "Vila Velha". Caso semelhante ocorreu no Porto, onde a segunda cerca de muralhas, englobando no seu circuito o primitivo burgo episcopal, conduziu a uma perda de importância deste, embora não tão acentuada como a ocorrida em Guimarães, visto se concentrar aí, ao contrário do que acontecia nesta, toda a estrutura episcopal.

Definida a evolução do ordenamento urbanístico e arquitectónico vimaranense no período em referência, importará também tentar caracterizar, na medida do possível, e para além das construções mais significantes que se inseriram na malha urbana dos burgos nascentes - o mosteiro e paço real, as igrejas e capelas, a muralha e o castelo - que, face ao seu protagonismo, se assumiram como elementos de excepção e referência, as tipologias da habitação corrente contemporânea, responsáveis afinal, como em todas as épocas e cidades, pela definição e caracterização maioritária do tecido urbano em formação.

Trata-se, todavia, de uma tarefa ingrata e difícil, pois pouco ou nada parece perdurar dessa época na urbanização contemporânea, se exceptuarmos, talvez, certas sobrevivências de carácter estrutural, nomeadamente ao nível do primitivo parcelamento, ainda perceptíveis em alguns sectores da área urbana actual, correspondente aos burgos então em formação. Para tal dificuldade contribuíram, não só as alterações funcionais ocorridas no tecido habitacional ao longo de tão dilatado lapso de tempo, como também a reduzida durabilidade deste tipo de construções, e ainda a ausência de estudos arquitectónicos sobre a tipologia habitacional corrente à época, que permitam a compreensão de vestígios porventura existentes e a procura e entendimento de novos. De acrescentar, a este propósito, que a pouca informação disponível até hoje sobre a habitação corrente, se baseia em documentação escrita, o que logo revela as suas limitações, sendo ainda mais reduzido, neste contexto, o nosso conhecimento sobre outras edificações urbanas contemporâneas, as "tendas", as oficinas e os restantes espaços ligados à produção, que também contribuíam para a definição e caracterização da malha urbana em formação.

Na época em apreço, e do ponto de vista do parcelamento e edificação sucessivamente efectuados ao longo dos percursos que estruturaram os núcleos

urbanos em formação, parece poder assistir-se à progressiva acentuação de construção habitacional estruturada de forma «cerrada», pese embora ainda a permanência de edificação ou edificações isoladas em lotes autónomos e com uma irregular ordenação das frentes, na sequência da primitiva tradição urbanística medieval com provável origem no parcelamento rural, que o andar dos tempos virá a fazer desaparecer. A economia de terreno urbano proporcionada por esse tipo de edificação, aliada às dificuldades construtivas contemporâneas e ao seu custo, explicará talvez, nesta fase de urbanização nascente, a dispensabilidade do crescimento vertical das tipologias habitacionais contemporâneas que, por isso, seriam predominantemente "terreiras", ou de um sobrado, sendo à época raras as casas com mais de dois pisos. De acrescentar, neste contexto, que as parcelas de terreno subjacentes à edificação corrente parecem caracterizar-se já então por uma acentuada desproporção entre as suas frentes e funduras, ultrapassando a profundidade das habitações nelas implantadas mais do dobro ou até o triplo da sua largura.

Do ponto de vista construtivo, as residências de maior prestígio, como o paço anexo ao mosteiro e os outros «paços», habitações dos funcionários reais, que vimos teriam existido no tecido urbano em formação, seriam numa primeira fase já executadas em cantaria de granito e cobertas com telha assente em estrutura de madeira, à semelhança do que contemporaneamente sucedia com as referidas construções de representação urbana, possuindo já então, talvez, frentes mais extensas do que as da habitação corrente. Mais tarde, a partir dos finais do século XII, acompanhando o que então sucedia em Portugal e na Europa, pode ter surgido no espaço urbano de Guimarães a nova tipologia da casa-torre. No que respeita ao sistema construtivo da habitação corrente, e face à inexistência de informação local sobre o assunto, é de supor que, semelhante a outras regiões do Portugal medieval, os materiais perecíveis, sobretudo a madeira, acompanhada pelo adobe, palha e barro, fossem os mais utilizados. A sua cobertura seria executada em colmo, bastando, para garantir esta afirmação, lembrar que nos finais da Idade-Média se mantinham ainda nas ruas secundárias da vila inúmeras construções «colmaças», e que o uso da cobertura em telha só se tornou obrigatório no início do séc. XVII.

Duas questões terão ainda e face à falta de informação, que ficar em aberto: como seria a compartimentação interior e qual o desenho da fachada da tipologia habitacional corrente. A consideração da estreiteza dos lotes e o facto de as habitações terem

apenas duas frentes e serem térreas poderá conduzir-nos, no primeiro caso, à pressuposição duma organização interna rudimentar e pouco diferenciada e, no segundo, e como consequência dessa compartimentação, a um alçado elementar constituído, em função da frente do lote, por uma porta e um ou dois janelos ou frestas que asseguravam o acesso e iluminação do interior da habitação.

## 2 - A UNIFICAÇÃO GÓTICA DA CIDADE (Sécs. XIV e XV)

Com a construção, no reinado de D. Dinis, da segunda cintura de muralhas englobando as Vilas Alta e Baixa, mais tarde completada por D. João I que a guarneceu com torres e ameias, a autonomia jurisdicional da primeira, bem como a cerca que a defendia deixaram de fazer sentido.

Assim, nos finais do século XIV, D. João I ordenou a destruição da cerca alta, e a construção de uns primeiros Paços Municipais na Vila Baixa, doravante cabeça única do concelho de Guimarães. Desconhece-se qual o seu aspecto, mas provavelmente seriam uma torre ameada, nos vários sobrados da qual funcionavam as diferentes dependências do Concelho. Facto similar ocorreu no Porto, onde o arrebalde de S. Pedro de Miragaia gozava de certa autonomia jurisdicional simbolizada pela existência de um pelourinho, vindo a perdê-la para a edilidade portuense, enquanto que, com a construção da muralha dita fernandina no séc. XIV a primitiva cerca românica do século XII, que defendia a cidade episcopal do morro da Pena Ventosa perdeu relevância. Por essa época também, no burgo portuense, surgem as primeiras notícias de uns Paços do Concelho, junto à Sé, símbolo da afirmação do poder concelhio laicizante face ao domínio senhorial da igreja.

A edificação da nova cerca em Guimarães respeita no seu traçado as principais vias que para a vila confluíam e que permaneceram do período anterior, dando-lhes passagem através das diversas portas guarnecidas com fortes estruturas defensivas. Excepções são a Porta da Garrida a noroeste e da Freiria a nordeste, nos pontos de encontro da muralha dionisina com a cerca velha, que existiam concerteza para serventia das populações da zona alta da povoação, para além de permitirem contornar a Vila do Castelo, pelo exterior, em direcção ao norte. A primeira dava acesso ao Campo de S. Salvador, onde se erguia a capela do mesmo nome, «arrabalde» da vila, e

a ela conduzia a rua da Infesta, troço superior da de Santa Maria. A segunda, onde chegava a rua do Sabugal que partia da rua da Infesta, para além de permitir o vai-vém diário das populações que trabalhavam nas zonas agrícolas do exterior e interior da muralha, também facilitava a ligação à zona dos Canos a norte do Castelo.

A estrada de Braga, antiga via romana, atravessa a povoação no sentido NO - SE, dando origem no primeiro caso à Porta de Santa Luzia ou de S. Bento, no segundo à Porta do Postigo, a partir do século XV denominada Senhora da Guia, início da estrada para Amarante, onde, segundo a lenda, S. Gonçalo teria construído a ponte do mesmo nome por volta de 1250. A possibilidade dessa travessia foi factor determinante para a expansão da povoação amarantina que é já referida nas Inquirições de 1220. A via saía de Guimarães pelo Campo da Feira e, antes de alcançar o Tâmega, passava o Vizela em Riba Fria, na ponte de origem romana de Pombeiro.

É de notar que os dois mais conhecidos construtores de pontes medievais portuguesas, S. Gonçalo e S. Lourenço Telmo, ambos dominicanos, estão ligados a Guimarães, acentuando a sua condição de importante nó viário entre o interior e a costa. O corpo de S. Lourenço foi mesmo sepultado no Convento de S. Domingos, e a força da sua pregação levou os vimarenenses a contribuir para a edificação da ponte de Cavez, lançada sobre o Tâmega entre 1224 e 1264. Equipamento fundamental para o comércio da vila, facilitava a sua circulação na estrada que, partindo da porta NO da Vila do Castelo, seguia até à região de Basto e Chaves, percorrendo o antigo concelho de Montelongo. Esta porta substituiu a primitiva, situada a oriente do castelo e que, quando dos trabalhos de remodelação aí realizados por D. Dinis no início do século XIV, foi encerrada.

Outra via de grande importância era defendida pela Porta da Piedade ou de S. Domingos. Esta era a porta nobre da vila, por onde os reis e outras dignidades faziam as suas entradas solenes em Guimarães. A via, na continuidade do eixo formado intramuros pelas ruas Sapateira e dos Mercadores, foi consolidada no seu exterior e na rua de Gatos pelo início da construção em 1323 do convento gótico de S. Domingos, na sua nível implantação, depois de deslocado para oriente por ordem de D. Dinis, com a justificação de se encontrar muito próximo da cerca. Fazia a ligação a Vila do Conde, passando por Vila Nova, fundada em 1205 por D. Sancho I e a partir do século XIV conhecida pela sua designação actual de Vila Nova de Famalicão. Vila Nova, na antiga «Terra» de Vermoim, como Guimarães importante eixo viário, mas na estrada de Porto

a Braga, vai ter a sua sorte intimamente ligada ao tráfego rodoviário entre Guimarães e Vila do Conde. O porto do margem direita do Ave, que como os seus émulos na margem oposta Pindela e Azurara, teve acelerado desenvolvimento na Baixa Idade Média, era de vital importância para o comércio marítimo de Guimarães, sobretudo depois que, no reinado de D. Afonso II, João Peres da Maia realizou obras de desobstrução na sua barra e que, em 1318, foi fundado o convento feminino de Santa Clara.

Contígua à Porta da Piedade e a sul dela, a Porta de S. Paio ou Nova, que no interior da muralha tinha contíguo o largo do mesmo nome, permitia a passagem da estrada que, através de Santo Tirso, onde se erguia o importante cenóbio beneditino do mesmo nome, Burgães e Negrelos, seguia até ao Porto. O grande desenvolvimento do comércio de longa distância verificado no burgo duriense a partir do século XIII e o consequente aumento de circulação rodoviária entre as duas povoações, tornou, já em finais da Idade Média, indispensável a edificação da ponte de S. Tomé de Negrelos.

O Castelo de Lanhoso, de origem pré-românica, foi de grande importância nos primórdios da nacionalidade, e uma das principais fortalezas no apoio das operações militares da reconquista. Terminada esta, contudo, o castelo vai perder relevância, desenvolvendo-se no seu sopé a povoação que teve foral com D. Dinis em 1292 e se vai designar Póvoa de Lanhoso. A ela conduzia a via que partindo de Guimarães, a NO da muralha, para aí prosseguia depois de ultrapassar o Ave na ponte de Donim. Também construída nos finais da Idade Média, a sua edificação confirma a permanência de um traçado muito antigo.

Para além destas vias medievais, cuja importância ultrapassava o simples âmbito regional, outras existiam, de mais curto alcance, mas também importantes na organização da muralha e da urbanização da sua zona circundante. Sobretudo três vale a pena mencionar: a que a partir das Portas da Garrida e da Freiria a ocidente e a oriente e de Santa Bárbara a norte seguia pelos Canos até S. Torcato, importante centro de peregrinação, cujo templo conserva ainda vestígios que denotam a sua origem moçárabe; a que, saindo da Porta da Senhora da Guia, conduzia até à Costa e ao convento do mesmo nome que, depois da sua fundação no século X, sofreu importantes obras de remodelação no século XII; finalmente, mais a sul, o trajecto que, saindo pela Porta da Torre Velha, passava junto a S. Francisco e aos Pelames, continuando até S. Martimho do Campo, onde ainda hoje existe uma ponte romana, e

Negrelos. Esta última reunia-se, depois, à atrás mencionada que ligava ao Porto por Santo Tirso.

Verifica-se assim, que em relação à situação do período anterior, permanece e é consolidada a rede viária que cruza Guimarães. Essa permanência, conjuntamente com a edificação da muralha que a respeitou, vai trazer desenvolvimentos no que respeita à estruturação do tecido urbano, tanto no exterior como no interior da cerca. Esse processo desenrola-se, nos seus traços gerais, em continuidade com o da fase precedente, e nele se podem distinguir dois níveis. Um primeiro origina na zona intramuros o preenchimento pela malha urbana de grande parte do espaço disponível, consequência da unificação das duas entidades distintas que constituíam as Vilas Alta e Baixa. Um outro nível não respeita a barreira da muralha, avançando para o seu exterior ao longo das principais vias que ultrapassam as portas. Importante é, porém, referir que nos dois casos, o antigo traçado viário formou a base em torno da qual se estruturou toda a envolvente urbana.

No interior da muralha e Vila Baixa, três grandes zonas de desenvolvimento urbano são distinguíveis. Uma primeira é delimitada a norte pelo eixo rua Sapateira rua dos Mercadores, a sul pela rua Nova do Muro, antiga rua Nova, a oriente pela Praça da Oliveira e Senhora da Guia e a ocidente pelo pano de muro entre as portas de S. Domingos e de S. Paio. A segunda forma um triângulo com a sua base na rua Sapateira e delimitado a oeste pelo trecho da muralha e eixo rua das Flores - rua de Val de Donas, a leste pelo eixo rua Escura - rua dos Fornos. A terceira e última também forma um triângulo, com base na margem norte da praça de Santiago e lados desenhados, a oeste pelo já referido eixo rua Escura - Rua dos Fornos e sua continuação pela rua do Gado, a leste pelo eixo rua de Santa Maria - rua da Infesta. De fora ficam toda a zona dentro de muralhas que não era preenchida por malha habitacional, constituída por zona agrícola, a NO e E desta última divisão, e o espaço central das praças de Santa Maria da Oliveira e S. Tiago com o conjunto da Colegiada, núcleo do burgo canónico que gerou toda a urbanização envolvente, e onde se situava o grupo de edificações que, através da Idade Média, preservaram a matriz da cidade clássica: o templo, que em 1387 viu o início da transformação gótica, a *stoa*, representada no claustro, o mercado, a praça, o palácio, o monumento comemorativo. Em toda esta zona não se verificaram alterações de vulto em relação à situação anterior, e a excepção foi já referida: a criação, na «zona de influência» do templo da



Colegiada, entre a praça de Santa Maria e a de S. Tiago, de uns Paços do Concelho, esquema que um pouco por toda a Europa, e em Portugal também, caso do vizinho Porto, se repetiu na Baixa Idade Média.

Corresponde à primeira zona acima referida, aquela que, posteriormente ao núcleo gerador, foi imediatamente urbanizada, daí o conjunto labiríntico de ruas estreitas, ruelas, vielas sem saída, atravancadas na época com alpendres, tabuleiros e balcões, indefinindo os limites entre espaço público e privado. A muralha respeitou a sua organização, delimitando-a a sul paralelamente à rua Nova, a oeste da mesma maneira, correndo ao longo da rua de Arrochela, ambas anteriores à sua construção. Entre aquela, depois da realização da cerca apelidada de rua Nova do Muro, e o eixo referido a norte constituído pelas ruas dos Mercadores e da Sapateira, o dédalo apertou-se, libertando algumas vias mais definidoras entre os limites sul e norte: a Alcobça e Ferrarias, a rua Nonais ou Donaes, o largo da Tulha, que se assume como praça de passagem, a rua do Trespão. A oeste, o largo de S. Paio organiza-se em torno da paroquial do mesmo nome, existente já em 1216, a que a igreja e a proximidade da porta asseguravam a importância. Praças ou rossios idênticos desenvolveram-se na época em outras povoações e do mesmo modo, dispendo-se intra-muros junto a entradas importantes, caso por exemplo da praça do Olival no Porto. Não deixa de ser curioso que todo este conjunto vire de certa maneira as costas ao largo de Santa Maria, onde se erguia a Colegiada, marcando uma distanciação entre a cidade mercantil e dos mesteres e o poderio clerical simbolizado por Santa Maria da Oliveira.

Correspondendo ao segundo nível atrás enunciado, encontra-se no exterior do trecho de muralha que cerca esta área, e na continuidade de alguns dos seus eixos principais, a maior parte dos aglomerados urbanos fora de muros genericamente apelidados de «arrabaldes». Nalguns casos são oriundos já do período anterior, pré-existentes portanto à cerca, cujo traçado vai ter como consequência, na zona contígua ao seu exterior, o novo evento urbanístico da formação de campos e terreiros.

O Convento de S. Francisco foi deslocado, em 1325 e pelas mesmas razões que o de S. Domingos, para a posição que actualmente ocupa. Embora o novo cenóbio só se tenha iniciado em 1400, originou a existência de um amplo espaço entre a sua fachada lateral norte e a cerca. Dadas as difíceis condições topográficas desse terreno, com grande desnível, essa sua implantação não terá dado origem à formação de um terreiro na zona que se virá a chamar das Carvalhas de S. Francisco, sendo de supor que

apenas num reduzido espaço frente ao templo se tenha aberto um «rossio». Duas vias, contudo, vão delimitar desde logo a sua área futura. Uma delas, a rua de Trás-o-Muro, tinha origem junto à Porta da Senhora da Guia, correndo num primeiro momento paralelamente à muralha e do seu lado exterior, daí talvez a sua designação, descendo depois até ao largo frente a S. Francisco. Segundo João de Meira, ela datará dos fins do século XIV, inícios do XV, posterior portanto à existência da cerca e à mudança de localização do convento. Trata-se, sem dúvida, de uma artéria que fazia a ligação entre este e o centro da vila, sendo de supor que, no fim do século XV, já estivesse, pelo menos em parte, urbanizada. Frente à mesma porta de que lateralmente partia, um largo ou rossio se formou, originado pelo cruzamento de vias que para aí confluíam. Para além da referida rua de Trás-do-Muro, a estrada que seguia para Amarante alargou-se aí, dando assim expressão ao chamado Campo da Feira, onde desde cedo se formou um «arrabalde», já povoado em 1170. Também da mesma porta partia o caminho que, passando pela Hortas, conduzia ao Mosteiro de S. Martinho da Costa, via de assinalável importância no futuro desenvolvimento urbano da zona.

A outra rua, pré-existente à muralha, é a Mosqueira, referida por João de Meira e Eduardo de Almeida, que passando pelo local onde vai existir mais tarde a Porta da Torre Velha, deu origem à estrada já referida que seguia, ultrapassado o rio de Couros, para Negrelos. No seu extremo Sul desenvolveu-se, junto ao rio, o núcleo industrial dos Pelames, o mais importante da vila medieval. É possível que já existisse no período anterior, mas cresceu a partir do século XIV, quando o traçado inferior da rua se passou a designar de Couros, núcleo estruturante do «arrabalde» do mesmo nome, onde os sapateiros, surradores e curtidores que trabalhavam nos pelames edificaram as suas habitações. Na criação deste «arrabalde», dois aspectos importantes são de reter: a aproximação da povoação do rio (no Porto, em Braga, sucedeu o mesmo e pela mesma época), e o tipo de urbanização aí levado a cabo, semelhante ao existente na zona baixa intra-muros, labiríntico e não planeado. Trata-se de uma maneira de «pensar» o tecido urbano que é característica de um determinado período histórico, mais do que resultado de uma qualquer condicionante física, neste caso uma pretensa falta de espaço que teria provocado esse desordenado acumular urbano intra-muros. Essa falta de espaço, na verdade, não existia, e as duas outras zonas-tipo de desenvolvimento urbano no interior da cerca são disso prova, aí coexistindo manchas urbanas com amplas áreas agrícolas e logradouros da malha habitacional.

Para oriente, a outra direcção de expansão da zona da Vila Baixa de que estamos a tratar, e devido a condições topográficas mais favoráveis, de doce declive junto ao exterior da muralha estabilizou-se, entre as portas de S. Domingos e S. Paio, o campo que no século XVI se vai designar do Toural, delimitado nas suas extremidades norte pela estrada que partia para Vila do Conde, através da rua de Gatos e a sul pela que conduzia ao Porto, pela antiga rua da Caldeiroa e das Molianas. A habitação dispôs-se em frentes urbanas ao longo destas artérias, enquanto que a edificação do Convento de S. Domingos e da sua cerca, no primeiro quartel do século XIV, estabilizaram, como referido, a margem norte da rua de Gatos. D. João I, quando em 1387 cumpriu a promessa feita a Santa Maria da Oliveira pela vitória em Aljubarrota, partiu descalço de S. Lázaro, seguindo, pela rua de Gatos, até ao centro da cidade. O episódio elucida-nos sobre a importância da via no acesso a Guimarães, e ainda sobre o que provavelmente era considerado, à época, o seu limite urbano.

A segunda zona delimitada corresponde a uma fase mais tardia de afirmação urbana, já posterior à edificação da cerca, podendo considerar-se de transição. Embora as primeiras referências à rua da Forja, antiga das Flores, sejam anteriores (1202) tal facto explica-se por se tratar do desenvolvimento natural para norte do eixo iniciado pela antiga rua da Arrochela, depois de ultrapassada a rua dos Mercadores. Contudo, a sua continuidade efectua-se através da rua de Val de Donas, paralela á muralha, na sua origem provavelmente um corredor de circulação para homens e material bélico, que só aparece referida em 1359. Juntamente com esta artéria, três outras estruturam toda a zona e condicionam a sua malha urbana. Na sua base, o pré-existente conjunto Mercadores-Sapateira, sobre o qual toda malha já tendencialmente ortogonal se vai apoiar. Paralela a este, para norte, a rua da Judiaria, que depois da expulsão dos judeus por D. Manuel I, em 1496, num processo de «branqueamento» similar ao ocorrido um pouco por todo o país, se passou a chamar rua do Espírito Santo. A Judiaria tinha sido fundada em 1370, quando os judeus foram confinados a um «gueto» com sinagoga e forno privativo. Aqui, como em outras localidades pela mesma época, as ruas das Judiarias possuem características rectilíneas e organizadoras de todo o espaço envolvente; caso paradigmático é o da Judiaria do Olival no Porto, criada em 1386. O terceiro grande vector da zona, e que a limita, a leste, perpendicularmente à rua da Judiaria, tem a sua origem fora da muralha, na estrada de Negrelos e rua de Couros, antiga Mosqueira, prosseguindo depois no seu interior com o eixo Alcobaça-

Ferreiros. A partir daí, e depois de ultrapassada a rua Sapateira, prolonga-se para norte através da continuidade rua Escura - rua dos Fornos - rua do Gado. A rua Escura data já do século XV, enquanto que da rua do Gado «abaixo do termo do castelo» existem notícias anteriores, desde 1344. Partindo da informação fornecida por Maria de Fátima Falcão Ferreira de que na Rua Escura moravam muitos habitantes ligados ao Duque de Bragança, pode-se colocar a hipótese de que ele tenha estado na origem da sua abertura, articulando-a com a da Judiaria. O triângulo assim formado é preenchido por três grandes quarteirões, o mais elevado dos quais, e de menores dimensões, obstrui a zona interior da porta de Santa Luzia, o que levou a que vários pequenos rios se espraiassem pelos seus flancos. No exterior da porta formou-se um terreiro que, provavelmente, se prolongou para sul, junto à muralha, até alcançar a Porta de S. Domingos, para norte partindo daí a estrada que conduzia a Lanhoso. Ao longo da estrada de Braga, e até alcançar a Capela de Santa Luzia, a população foi-se fixando, sendo de crer que, no final do século XIV, a habitação se organizasse já aí em duas frentes contínuas, correspondentes às duas margens da estrada.

O eixo rua de Couros-rua do Gado, completado no século XV com a rua Escura, constituía nesse troço a charneira entre a zona anterior e uma terceira, limitada a leste pela rua de Santa Maria. Apartada de qualquer via de atravessamento importante, foi concertada a derradeira das três a ser urbanizada, exceptuando as suas margens sul e leste, respectivamente Santiago e Santa Maria. Apenas dois grandes quarteirões a constituem, separados pela horizontal da viela dos Laranjais e, no seu interior, permaneceram grandes logradouros habitacionais, os de maior área da vila intra-muros. A leste e oeste, grandes áreas agrícolas separam-nos da cerca, sobretudo, a oriente, nas designadas Hortas de Maçoulas.

No vértice deste último triângulo uniam-se as ruas da Infesta, que se autonomiza a partir do início do século XV, e do Gado, formando a do Castelo que, atravessando a Vila Alta, saía depois pela Porta de Santa Bárbara, à esquerda da fortaleza. A rua do Castelo transformou-se na mais importante da cerca velha, e uma outra existiu antes dela, com uma orientação ligeiramente diferente, pois conduzia ao primitivo local da porta, a oriente do Castelo. Como foi referido, as transformações góticas aí operadas levaram ao seu encerramento e, com a deslocação para oriente da porta e da rua, toda a zona a ocidente da Igreja de S. Miguel perdeu importância urbana. Este facto, aliado ao despovoamento que, a partir dos finais do século XIV, se verificou na Vila Alta, pode

explicar a possibilidade de implantação aí, no início do século XV, do enorme volumetria do Paço dos Duques. Sinal da enorme vontade de afirmação de um bastardo poderoso, o primeiro Duque de Bragança D. Afonso, o paço não teve, porém, qualquer consequência em termos de criação urbana. O despovoamento da zona prosseguiu, e o palácio, com D. João II e o regresso de uma forte política de centralismo real por um momento interrompida no reinado de D. Afonso V, transformou-se a partir do século XVI numa bela ruína para admiração dos vindouros.

Em finais do século XVI, quando da construção da Igreja da Misericórdia, os confrades pediram para utilizar na sua edificação a pedra de uma parede existente junto ao rossio da Porta da Garrida : «...dentro dos muros da dita villa no recio que está da banda de dentro da porta da Garrida...». A população já tinha derrubado parte dessa parede, «...de que se fes hum pedaço de callçada e pera tornarem a servir serventias que antes que ella fose feita se servião...». A pedra com que fora feito o muro pertencendo a «... huma torre que se desfez antigamente...». Este conjunto de informações coincide com a indicação de Francisco Xavier da Serra Craesbeck, que nos diz ter o Duque D. Fernando II, executado em 1482 por D. João II, mandado derrubar uma das torres «...que estava para a porta da Garrida...» e, com a pedra dela, edificado uma cerca desde os paços até à torre junto da mesma porta. A cerca assim construída vedava quase por completo o acesso à antiga Vila do Castelo e só deve ter sido possível por, já nos finais do século XV, essa zona estar bastante deprimida, não contribuindo também para a sua revitalização, pois as populações provenientes da Vila Baixa, para alcançar a zona do castelo e as estradas que para norte seguiam, tinham que contorná-la pelo exterior das muralhas.

Entre o Paço dos Duques e a Igreja de Santa Maria da Oliveira, existiu o projecto de abertura de uma rua, através das Hortas de Maçoulas e do lugar de Maçaricas, que nunca chegou a ser executado. Foi seu autor, em 1481, o mesmo Duque D. Fernando II, e o seu carácter premonitório não pode deixar de ser realçado. Na verdade, em datas posteriores, D. Diogo de Sousa em Braga e o bispo D. Pedro da Costa no Porto, este já nos finais do primeiro quartel do século XVI, vão executar projectos semelhantes de abertura de arruamentos nas respectivas cidades, dentro de uma prepectiva já renascentista de renovação do velho tecido urbano medieval. Sobretudo a abertura da rua das Flores no Porto, apresenta pontos de contacto evidentes, pois foi rasgada através de uma área intra-muros que conservava intactas as suas características

agrícolas, entre a muralha e o convento de S. Domingos, designada também por «Hortas». A importância dessa projectada artéria para o desenvolvimento urbano na direcção oriental da Vila era enorme, pois seria um primeiro passo para o rompimento da barreira formada pelas hortas de Maçoulas que a ele eram um obstáculo. Não se tendo realizado, só no século XX essa zona vai ser urbanizada.

Segundo informa Maria de Fátima Falcão Ferreira, a edificação de habitações no novo arruamento seria regulamentada «a eito...ajuntando casa com outra e a outra com a outra sem nenhum intervalo». A informação pode-nos ajudar a compreender o culminar de um processo que rompe com a tradição medieval da tipologia da casa que não sendo disposta a «eito» cria uma frente urbana descontínua e irregular, de saliências, intervalos e reentrâncias várias que escapam a qualquer lógica planeadora e originam o labirinto observável na vila baixa entre as ruas dos Mercadores-Sapateira e Nova do Muro. As habitações criam o seu próprio espaço, não estão subordinadas a ele, o que implicava também grandes diferenciações nas áreas e formas dos lotes urbanos, muitas vezes resultado de um pré-existente parcelamento rural.

Também aqui se verifica uma permanência das tipologias do período anterior, não se podendo falar de um corte brusco, antes de um gradual processo evolutivo que, no caso de Guimarães terá decorrido desde finais do século XIV, com início nos arruamentos acima referidos da Judiaria e rua Escura.

Deste conjunto habitacional sobressaiam algumas tipologias isoladas, como as casas-torre, que surgem em Portugal, à semelhança do que sucedeu no resto da Europa, em finais do século XII. Na sua origem eram residências rurais das linhagens secundárias da nobreza, e em Guimarães existiam vários exemplares, restando apenas um, muito alterado, na antiga rua Sapateira. Utilizando materiais pétreos, diferenciavam-se do restante casario por essa característica, ainda pelo emprego de ameias e pela sua altura, já que aquele, a um nível mais baixo, «terreiro» ou «sobradado» (de um ou dois pisos) utilizava predominantemente na sua feitura outros materiais mais baratos e acessíveis como a madeira ou «tavoado» e, a partir dos séculos XIV/XV a «taypa».

A disposição das casas-torre de que temos notícia, no tecido urbano da vila também é elucidativa: encontram-se sobretudo concentradas na área de urbanização mais antiga, ao longo do eixo Sapateira-Mercadores-Santa Maria, o mais importante do burgo, e nas suas proximidades. A tipologia das torres vai permanecer ao longo dos

séculos XVI e mesmo XVII, mas já associadas a um conjunto habitacional. A Casa dos Laranjais com a sua torre seiscentista são, em Guimarães, um excelente exemplo dessa permanência.

A partir do século XV verificou-se em Portugal uma intensificação da edificação de «Paços», sobretudo urbanos, para habitação da nobreza. Em Guimarães existe o mais sumptuoso do norte do país, o Paço dos Duques, e nas proximidades, em Barcelos, outro exemplar notável chegou até nós, o dos Condes de Barcelos. Assim, e provavelmente influenciado pela presença imponente do palácio do Duque de Bagança de quem era fidalgo, Fernão de Sousa mandou construir em finais do século XV na rua de Santa Maria os seus «paços», usando como material a pedra, símbolo da nobreza do seu possuidor. De um só sobrado, ocupavam as duas margens da rua e, sobre esta, lançou-se o arco ou balcão que ligava as duas alas da residência, estrutura essa com tradição em Guimarães e noutras povoações medievais portuguesas. Essas construções, contudo, nem sempre eram «apropriações do espaço público» como geralmente se afirma, pois tinham que pagar foro pelo «ar» que ocupavam. Esse «ar» era calculado a partir da mesma superfície do «chão» na vertical do qual se encontrava a estrutura, recebendo o proprietário do «chão» o foro. Neste caso, tratando-se de uma rua pública, pagaria provavelmente renda ao Concelho.

Neste período mantém-se a importância de Guimarães como eixo viário, existindo contudo uma tendência para a consolidação de ligações de curto alcance entre povoações vizinhas, em detrimento do tipo de vias que ainda em grande parte da fase antecedente a uniam a centros mais afastados. Este facto fica-se também a dever ao crescente protagonismo de povoações antigas como Vila do Conde, mais recentes como Amarante, ou à fundação de novas, caso de Vila Nova de Famalicão.

A rede viária continua a ser de fundamental importância na formação do tecido urbano da vila dentro e fora da muralha que vai unificar os seus dois pólos, a Vila Alta ou do Castelo e a Vila Baixa. Aí, junto ao núcleo inicial da urbe canónica em torno da Colegiada, organiza-se uma próspera povoação de mercadores e mesterais, que terá completado o seu ciclo de desenvolvimento urbano por volta do início do século XIV. Acima desta, ainda dentro do perímetro amuralhado, desenvolve-se, a partir de finais de Trezentos e em direcção à Vila do Castelo que entretanto perdeu relevância, uma malha urbana de carácter mais ortogonal, em que são marcos importantes as ruas da Judiaria e Escura. Todo este movimento é acompanhado por uma laicização do espaço

urbano, de que a construção do Paço Municipal em finais do século XIV é uma importante baliza, outras edificações góticas, como o Paço dos Duques não apresentando as mesmas soluções de continuidade em termos de criação urbana.

Também dentro das tipologias habitacionais se verifica uma permanência de modelos anteriores, embora a criação de novas ruas traga consigo uma tendência para uma normalização dos lotes e das «moradas de casas». De referir que para isso também devem ter contribuído os aglomerados urbanos fora de muros, ou arrabaldes. Aí, e quando disposta ao longo de vias importantes a habitação foi-se estruturando em frentes urbanas mais ou menos regulares, ressaltando o caso excepcional da zona de Couros. Algumas novas tipologias urbanas, para além da muralha e do caso excepcional do Paço dos Duques, fazem contudo a sua aparição neste período: a casa nobre, de que é exemplo a Casa do Arco, os Paços do Concelho, e os terreiros ou campos no exterior das muralhas e com origem nas suas portas. Algumas casas-torre podem ser de origem anterior a esta fase, mas o seu desaparecimento e a ausência de testemunhos documentais não o permite afirmar com absoluta certeza.

### 3 - A QUALIFICAÇÃO RENASCENTISTA, MANEIRISTA E BARROCA DA CIDADE ( Séc. XVI a meados do Séc. XVIII )

No início do século XVI, D. Diogo Pinheiro, Prior da Colegiada desde 1503, efectuou grandes obras no templo gótico de Santa Maria da Oliveira, edificando a torre sineira manuelina e alterando profundamente a estrutura do claustro medieval. Na segunda metade do século XVIII, em 1769, o bracarense André Soares apresentou uma nova traça rocóco para a Igreja do Senhor dos Passos, cuja fábrica se arrastava desde o início da centúria, e que por sua vez substituiu uma capela edificada no mesmo local em finais do século XVI. Poucos anos antes, em 1754, o Reverendo Rodrigo de Sousa Lobo contratara a construção de uma nova fachada, também *rocaille*, para a sua casa da rua Sapateira. Estes dois eventos correspondem à afirmação de um novo gosto, fechando assim o ciclo iniciado dois séculos e meio antes e que designamos por «Qualificação renascentista, maneirista e barroca da cidade».

Em ambos os momentos se actuou sobre edifícios pré-existentes, privilegiando a continuidade à estrutura. A evolução processou-se através de um repensar das matrizes e,



certamente não por coincidência, esses importantes marcos situam-se ao longo dos eixos fundadores e geradores de toda a envolvente urbana. Assim, as principais linhas de desenvolvimento conserva-se inalteradas, centradas na rede viária, mas produzindo novos acontecimentos urbanísticos ao longo do seu percurso, numa primeira fase que se pode designar de renascentista e maneirista dentro de muros ou na sua imediata proximidade, numa segunda, já barroca, em que se deu a expansão para além dos limites urbanos.

O Padrão de S. Lázaro, junto à capela do mesmo nome, é o monumento renascentista mais significativo da vila. A sua implantação junto de uma das mais importantes vias comerciais que servem Guimarães, a estrada de Vila do Conde, continuou a marcar o limite urbano nessa zona. O porto do Ave atravessava então o seu período áureo, e o padrão, na renascentista pureza arquitectónica da sua cúpula com grandes afinidades ao farol de S. Miguel o Anjo, construído em 1528 por Francisco de Cremona na Foz do Douro, pode ser visto, para além do seu valor comemorativo, como um marco simbólico da importância das ligações à costa, incrementadas pelo desenvolvimento do tráfego marítimo em época de Descobrimentos. Vias privilegiadas para a difusão das novas ideias, riquezas, e estilos, a implantação do monumento junto a uma delas é um sinal afirmativo da importância de Guimarães como entreposto comercial entre os dois portos que a servem e o interior.

Um pouco mais antiga, datável do primeiro quartel do século XVI, a nova torre sineira manuelina da Colegiada é a obra de um poderoso senhor eclesiástico. Imediatamente a seguir ao início da sua construção em 1515, os edis viamarenenses queixam-se ao rei de que o Paço do Concelho era «o pior do reino e muito desbaratado». Existia desde a época de D. João I, em posição lateral entre as duas mais notáveis praças da cidade, a de Santa Maria e a de S. Tiago e, à semelhança do que acontecia em outras povoações vizinhas como o Porto e Amarante seria uma simples torre. Os trabalhos do novo paço iniciaram-se rapidamente, mas só decorrido mais de um século serão concluídos. O resultado ainda hoje nos surpreende pela sua notável relação com o espaço envolvente. Os paços alpendrados, permitindo a circulação entre as duas praças são um facto novo e de grande significado em termos urbanos, pois articulam entre si os dois polos cívicos e económicos de Guimarães. A construção de edifícios municipais porticados teve grande desenvolvimento na época e em povoações próximas, casos de Braga com D. Diogo de Sousa e Viana do Castelo,

mas ocupando posições laterais a praças, e sem o acentuado carácter regulador dos Paços do Concelho vimarenenses.

Depois da sua conclusão, nos início do século XVII, impunha-se a normalização da praça que a norte lhe ficava adjacente, a de S. Tiago, sendo aí realizadas obras de renovação e demolição de alguns edifícios adossados à primitiva capela românica, de que pouco sabemos, a não ser que tinha uma « ...torre que estava sobre a porta principal...». O templo, dado o seu estado de ruína eminente, acabou por ser substituído por um novo, alpendrado, que perdurou até ao século XIX. A praça deveria ser «...boa e larga para se vender o peixe e fazerem boticas para as peixeiras, obra muito importante e necessária para o bem desta vila por a praça que agora há ser pequena e estar o pão e a fruta misturados com o peixe...». Na sequência dos trabalhos, os açougues que aí se encontravam foram deslocados para uma nova situação, no extremo da rua Nova do Muro, que a partir daí e nesse trecho se passa a designar «dos Açougues».

Uma aliança oligárquica entre a burguesia enriquecida pelo comércio e por vezes nobilitada, e uma aristocracia que, embora ciosa dos seus pergaminhos, não desdenhava os proventos mercantis, regia os destinos da edilidade, e ambas edificaram para sua morada tipologias habitacionais específicas, a segunda adaptando em alguns casos modelos oriundos do período anterior, como as casas-torre, dando-lhes nova expressão ainda no século XVI. É dada maior atenção às condições de conforto dos moradores, que construíram junto dessas torres, que são mantidas como símbolo de nobreza, estruturas habitacionais. A instituição de várias capelas na Colegiada, no dealbar do século XVI, e a remodelação de outras já existentes, é um inequívoco sinal de desafogo económico. Entre os instituidores estão membros da emergente classe de mecadores nobilitados, caso de João Lopes Ramada e da capela de Santa Catarina Mártir. Juntamente com as capelas e por vezes a elas associadas, surgiram uma série de casas nobres, com antecedentes próximos na Casa do Arco, edificada em finais do século anterior por Fernão de Sousa na rua de Santa Maria.

Para além da casa nobre com torre, na área urbana de Guimarães exemplificada, embora tardiamente, pela já seiscentista casa dos Laranjais, ou pela desaparecida casa-torre dos Almadas, no largo da Tulha, de que só chegou até hoje o conjunto habitacional, outras existiram. Com as frontarias cuidadosamente aparelhadas em cantaria de granito, pelas suas dimensões relativamente pequenas obedecem a uma

regularização do loteamento urbano com o conseqüente nivelamento da linha das frentes e alturas (piso térreo e um ou dois sobrados). O «fachadismo» é um fenómeno renascentista, e as frontarias são, portanto, especialmente cuidadas, quer pela oposição de pedras de armas, omni-presentes a partir do século XVI, quer pela atenção posta na decoração das aberturas e na já referida cantaria cuidadosamente aparelhada.

A casa burguesa, do mercador rico e do «oficial», que muitas vezes, caso do mestre pedreiro João Lopes de Amorim, também é nobilitado, pertence a um estrato social que agora dispõe também dos meios para utilizar o granito nas suas habitações. No restante conjunto habitacional, que continua a constituir a grande maioria do tecido urbano, a madeira e a taipa, assentando sobre o piso térreo em pedra, permaneceram durante todo o século XVI os materiais mais utilizados e, durante esse período, as típicas casas de «ressalto» devem ter-se multiplicado. Ao nível das coberturas, o colmo continuou a ser o material usado em muitas habitações, pois data de 1605 uma já referida resolução da Câmara determinando que as casas colmadas da vila e arredores passassem a ser cobertas de telha.

As Misericórdias do Porto e Braga construíram as suas Casas de Despacho e respectivas templos a partir de meados do século XVI, e ambas estiveram provisoriamente instaladas, antes disso, nos claustros das Sés respectivas; o mesmo sucedeu com a de Guimarães, fundada na Colegiada, na Capela de S. Brás. Nos finais do século, contudo, dado o carácter laico da confraria, o seu desenvolvimento, e a pequenez das instalações na crasta de Santa Maria da Oliveira, impunha-se a sua mudança.

Edificada numa antiga e principal rua de Guimarães, a dos Mercadores, junto á Porta de S. Domingos, a sede da Misericórdia, iniciada em 1588 com a construção do templo de nave única e fachada «retábulo» de influência flamenga, deu origem ao rasgar de uma «praça nobre», a partir do segundo quartel do século XVII. A praça ou terreiro obrigou a trabalhos prolongados de demolição do miolo construído entre as ruas medievais das Flores, a ocidente, do Serralho, a oriente, dos Mercadores, a sul e da Judiaria, a norte, ficando assim limitada na sua totalidade por traçados de origem medieval e, rapidamente, foi adoptada pela elite vimarenense para construção das suas habitações. Existiam precedentes, a já referida de S. Tiago, uma regularização de um espaço de grande tradição e carga simbólica, e o terreiro aberto na rua de Santa Maria, na sequência da fundação do Convento de Santa Clara pelo Cónego Baltazar de

Andrade em 1553, mas esse terreiro ou rossio, simples alargamento de uma rua pré-existente, não teve, até ao século XVIII, quando da transformação barroca do cenóbio, a expressão de uma praça «nobre». Para além disso, a construção do convento, na zona das Hortas de Maçoulas, prolongou e acentuou uma situação originária do período anterior, e a barreira aí formada pelo largo espaço agrícola entre a rua de Santa Maria e a muralha continuou a obstar ao desenvolvimento urbano para oriente.

Para ocidente do terreiro da Misericórdia, ultrapassada a Porta Nobre, outra praça se encontra já plenamente estruturada no século XVII. Desde o século anterior realizavam-se aí espectáculos teatrais e corridas de touros e o seu espaço foi nobilitado com a construção de um chafariz em 1583 no seu extremo sul. Juntamente com o cruzeiro seiscentista existente a norte delimitava a praça e a sua implantação isenta, não adossada a qualquer estrutura, é um facto urbano novo. Encontrava-se num ponto de convergência entre a Porta de S. Paio a oriente, do largo do Toural a norte, da rua das Molianas a ocidente e do terreiro de S. Sebastião, que a edificação desta paroquial em 1570 ajudara a consolidar, a sul. De qualquer desses locais era visível a certa distância e essa possibilidade faz dele o primeiro elemento urbano vimarense a utilizar as regras de perspectiva preconizadas pelo renascimento italiano. Diferencia-se assim profundamente do monumento medieval, exemplificado pelo padrão da Oliveira, só perceptível a curta distância, depois do observador ter desembocado na praça.

A existência dessa organização prespética, pressupunha a existência a sul e sudoeste, de um prolongamento do Toural, ao longo da muralha, avançando para a zona das Carvalhas de S. Francisco. Esse novo terreiro, ou campo foi consolidado pela edificação aí, frente à actual Torre da Alfândega, da Igreja Paroquial de S. Sebastião em 1570. A sua necessidade deveu-se ao aumento populacional da zona e à continuação do desenvolvimento urbano para sul. O problema colocado pelas dificuldades topográficas do espaço, dado o grande desnível existente entre a muralha e S. Francisco, foi em parte resolvido com a construção de um muro de contenção frente à embocadura da rua de Couros, sobre o qual foi em 1588, segundo nos informa Craesbeck, colocado o pelourinho. O terreiro ficou assim delimitado, mas teve como consequência posterior o interromper da relação entre a cidade e o «arrabalde» de Couros, designado pelo Padre Torcato Peixoto de Azevedo em 1693 de «burgo»: «...para baixo do Pelourinho está um burgo a que chamam rua de Couros pela fábrica deles que nele está e tem três ruas - uma de S. Francisco, outra de Couros e outra rio

de Couros...». Para oriente, junto à antiga rua de Trás-o-Muro edificou-se, já no século XVII, o hospital e igreja de S. Dâmaso que, talvez por razões relacionadas com divisões de propriedade, voltaram as costas ao terreiro, mas em contrapartida normalizando, para quem vinha da Porta da Senhora da Guia pela rua designada de S. Dâmaso, o acesso ao Convento de S. Francisco

Nos finais de Seiscentos, e culminando um processo iniciado na centúria anterior, todo o espaço entre as Portas de S. Domingos e da Senhora da Guia estava unificado num vasto campo, com prolongamentos de menor expressão para NO, alcançando a Porta de Santa Luzia, corredor esse em que provavelmente se começava então a definir uma frente urbana paralela à cerca, e SE, até atingir a Capela de Santa Cruz, edificada frente à Porta da Freiria em 1639. Aí existia, no dizer do Padre Torcato Peixoto de Azevedo um outro «burgo» designado de Santa Cruz, «...o qual tomou o nome da capela desta dedicação...»

Abaixo dessa zona, o medieval Campo da Feira foi estabilizado, em finais de Quinhentos, pela fundação no seu extremo sul da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Facilitando o acesso ao templo, uma ponte de pedra foi construída em 1652 sobre a ribeira de Couros, e no mesmo ano, no extremo oposto da cidade, levantou-se a de Santa Luzia sobre o Selho.

A construção destes dois equipamentos indicia o cuidado posto pelas vereações no melhoramento da rede viária das proximidades da Vila. A preocupação com o calçamento das ruas, desgastadas pelo contínuo aumento do tráfego entre a povoação e os arrabaldes ao longo de todo o século XVII, é reveladora das áreas de maior desenvolvimento urbano. Algumas delas foram mesmo construídas de novo, como a que em 1636 ligou ao Mosteiro da Costa, a que em 1664 uniu o Campo da Feira a S. Roque. Reveladora da importância da ligação à zona da Costa, em que durante o século XVI e durante um curto período tinha funcionado uma Universidade, em 1665 foi executada uma nova calçada, partindo da zona do Fato, a nascente da Vila. Recorrendo de novo às «Memórias» do Padre Torcato obtemos a indicação de que aí existia um terceiro «burgo»: «...e entre esta rua (do Fato) e a vila está a rua da Carrapatoza que dá serventia ao mesmo mosteiro (da Costa) e aí pegado está o burgo da Rapa...»

Para além dos casos mais óbvios de calçamento de ruas e praças na zona baixa da povoação dentro de muros, casos da praça do Olival, rua Sapateira, S. Paio, rua Nova do Muro e S. Tiago, outras foram beneficiadas no seu exterior, correspondendo às

artérias de maior movimento: Rua de Gatos e zona de S. Lázaro no início da estrada para Famalicão e Vila do Conde, rua das Molianas na estrada para o Porto, Santa Luzia na direcção de Braga, mais acima os Canos de Baixo e de Cima na direcção de S. Torcato e Basto. Apesar desta renovação, nos finais do século «...as estradas da entrada daquela vila estavam tão arruinadas que por elas se não podia conduzir...».

O evento urbanístico de criação de campos em espaços contíguos à muralha e no seu exterior tem na sua origem a proibição da construção nessas zonas por razões militares relacionadas com a defesa. Devido à diminuição da importância bélica das cercas medievais, essas áreas foram, a partir do século XV urbanizadas, respeitando na sua organização o primitivo traçado da zona de segurança, junto ou entre portas importantes onde, desde cedo, existira fixação urbana. O início do século XVII viu a sua proliferação e regularização, casos do Campo do Olival no Porto em que, por ordem de Filipe II, foi criada uma alameda arborizada em 1611, e do Campo da Vinha em Braga que, durante o pontificado de D. Frei Agostinho de Jesus foi, nos finais de Quinhentos, regularizado pela fundação dos conventos do Pópulo e do Salvador.

Este prelado desenvolveu na sua capital uma importante acção de desenvolvimento urbano, sobretudo no que se refere à preocupação com a criação de equipamentos de utilidade pública, hospitais, fontes e chafarizes, açougues, uma alfândega. Sobretudo esta última interessa a Guimarães, pois uma estrutura similar foi aí construída em 1611. O equipamento, local «...onde todas as pessoas que viessem de fora para vender nesta casa as tinham que expor em público...» era fechado, com uma entrada única que dava acesso a um espaço interior, o «rossio da Alfândega»: «...tem este Rocio dentro de si uma rua de casas terreyras...e outra servem de recolher as fazendas que veem de fora a vender neste lugar...». A sua primitiva localização foi na praça da Oliveira, e destruído por um incêndio, deslocou-se para o exterior da muralha, adossado a esta, frente à Igreja de S. Sebastião, no lugar para onde confluíam as mais importantes estradas de acesso à Vila. Demolido no século XIX, a sua memória perdurou na designação da torre que o limitava a oriente e, faceando o terreiro, ao longo da sua frente sul, possuía uma alpendrada.

Segundo nos informa A. Vieira Braga, as alpendradas tiveram grande aceitação em Guimarães a partir do século XVI, mas a sua tradição em povoações portuguesas é mais antiga, de origem medieval. É, porém, possível que a construção dos Paços do Concelho porticados tenha contribuído para a sua proliferação. Também indiferentes à

sua existência não foram decerto os lucros que a edilidade obtinha com a sua construção. Tratando-se da ocupação do espaço público, os alpendres pagavam foro ao Concelho que assim os deve ter incentivado. Ainda segundo A. Vieira Braga, situavam-se principalmente «...viradas aos terreiros de maior movimento de feiras, pois serviam sobretudo para o negócio abrigado: Toural, Oliveira, S. Sebastião e S. Francisco...». As do largo da Oliveira chegaram na sua margem poente até nós, as restantes desapareceram, podendo ainda hoje ver-se vestígios de colunas embebidas na pedra do piso térreo de uma casa na esquina entre as ruas da Senhora da Guia e de Egas Moniz.

Na zona alta de Guimarães, designada por Vila do Castelo, e durante o período de que estamos a tratar, não existem notícias da construção de equipamentos, do calçamento de ruas, de qualquer actividade de criação urbana. Apartada do centro cívico, comercial e industrial da povoação, o seu processo de despovoamento, já patente no período anterior prosseguiu durante a fase de que estamos a tratar. A segunda cerca de muralhas, ironicamente, deve ter contribuído para isso, pois originou vias alternativas paralelas ao seu circuito exterior, contornando a Vila Velha. Também o muro ou parede mandado construir pelo Duque D. Fernando II em finais do século XV e já referido quando tratamos do período anterior, deve ter contribuído para esse isolamento e abandono, tendo sido necessário às populações o seu derrube para mais facilmente acederem à Vila do Castelo.

No início do século XVIII, o Padre Carvalho da Costa, na sua Corografia, afirmou «... de todas as ruas desta Vila Velha só permanece a do Castelo...todo o mais districto está hoje repartido em quintais de particulares em cuja cultura se acham muitos alicerces, vestígios de que fora bem ocupada de casas...». Mais à frente, aponta: «...há tradição antiga que a causa maior que esta Vila Velha teve para se despovoar e seus moradores irem habitar a nova, fora o não ter fontes, nem lugar vizinho donde pudessem tirar água...». O que não era totalmente verdade pois, acima do Castelo, existia uma antiga fonte, na rua do Cano de Baixo. O problema não residia na falta de água, mas sim na de habitantes para a beberem.

O episódio do emprego da pedra do muro construído por D. Fernando II na edificação da Misericórdia revela também uma faceta importante em termos de criação urbana: o da reutilização de materiais, sobretudo pedra, na construção de novos edifícios. A zona da Vila Alta, com a abundância de ruínas aí existente era especialmente apetecível.

Para além da pedra cedida para a Misericórdia, os dominicanos conseguiram-na também no início do século XVII para a reconstrução do dormitório de seu convento, e em 1664, os capuchinhos utilizaram na edificação do seu cenóbio, frente à Porta da Garrida, pedra proveniente do castelo.

Também utilizando a pedra como material construtivo, a tipologia da casa nobre urbana sofre algumas alterações no século XVII. Residência da nobreza da vila como as suas antecessoras casas nobres quinhentistas, dispuseram-se, dentro de muros, sobretudo na área a norte do eixo formado pela rua da Sapateira-Mercadores, e no triângulo que, tendo-o por base e lados nas ruas das Flores (agora largo da Misericórdia) e Val de Donas a oeste, e Rua Escura-rua dos Fornos a leste, delimitamos para o período anterior. Grande parte das casas nobres seiscentistas da vila intra-muros se concentraram aí, e talvez o facto de ser uma zona de desenvolvimento urbano à época relativamente recente, portanto com relativo desafogo em termos de espaço, permitiu as suas grandes dimensões e o carácter um tanto errático das suas plantas. Nalguns casos, como no da casa «Mota Prego», resultaram de um desenvolvimento orgânico de estruturas anteriores que, no final da centúria de Seiscentos (ou início do seguinte) se regularizaram com a criação de uma fachada de aparato faceando o largo da Misericórdia. A Casa Valadares de Vasconcelos, na rua dos Fornos, participa ainda, pelas relativamente pequenas dimensões do lote e a cantaria cuidadosamente aparelhada da sua fachada, que não pela sua elevação, do espírito das suas congéneres quinhentistas.

Nessa zona, as casas nobres agrupam-se em frentes urbanas formando margens de praça, assim se definindo afirmativamente como horizontes das suas iguais. Aconteceu na Misericórdia, cujo terreiro, no início do século XVIII, «hé todo cercado de casas nobres», um pouco mais frustemente no largo do Mestre Escola, ainda mais a norte contribuindo para a regularização do dos Laranjais, através da casa do mesmo nome e aquela que, também armoriada, lhe fica em frente.

Fora de muros, a sua implantação pode considerar-se de transição para a época barroca que se seguiu, a casa nobre dos Borges Pais do Amaral na antiga rua Caldeiroa não apresentando dissemelhanças de maior em relação às atrás enunciadas, a não ser pelas maiores dimensões do jardim na sua área posterior, possibilitado pela menor densidade de construção dessas zonas.



Ao longo do mesmo século XVII, e a partir do seu início, as tipologias da habitação comum diversificam-se, segundo os seus materiais construtivos, a disposição dos vãos, a variedade dos elementos decorativos. Existe porém uma tendência para a estabilização das alturas, piso térreo e dois sobrados, e da frente do lote urbano que, contudo mantém profundidade variável. Desde o início do século XVI que se caminha para esse lote padronizado, caso por exemplo da rua das Flores no Porto (1521), cujos lotes tinham todos uma frente igualitária de três braça craveiras, cerca de seis metros e sessenta. É de ressaltar contudo, que se trata apenas de uma tendência, existindo em Guimarães casas seiscentistas de três ou apenas um piso e que a largura da frente das parcelas também é variável, e de um modo geral, mais estreita que no Porto. Sobretudo em certas ruas mais antigas, onde apenas existiu substituição de habitações medievais por outras do século XVII e XVIII, as dimensões da parcela ou «chão» mantiveram-se as mesmas da Idade Média, mais profunda e estreita do que a sua descendente moderna. Também muitas vezes as dimensões do lote normalizado se subdiviram em fracções, ou no pólo oposto, se multiplicam, ocupando dois ou mais «chãos».

Entre as habitações mais típicas deste período (séc. XVII) estão as casas denominadas «filipinas», que surgem um pouco por todo o casco antigo, mas cujo conjunto mais notável se encontra na rua de Camões. De três pisos, loja e dois sobrados, apresentam, no térreo, molduras em cantaria de sobriedade clássica enquanto que, nos sobrados, edificadas em taipa, as madeiras substituem a pedra em desenhos semelhantes, com pilastras, mísulas e entablamentos à maneira de frontões, enquanto que, nas varandas corridas, também em madeira, o ritmo dos balaústres torneados é cortado por pequenos pilares. Nas madeiras abundam os entalhamentos de sabor popular, ou mais eruditos, em grotescos.

Noutras habitações seiscentistas, provavelmente mais antigas, como a da rua Egas Moniz que foi recentemente restaurada pelo arquitecto Fernando Távora, a taipa e a madeira são também os materiais mais utilizados, e o número de pisos, aqui de ressalto, é o mesmo das casas da rua de Camões. Na fachada, porém, as varandas corridas foram substituídas, nos dois sobrados, por janelas de sacadas centrais ladeada por duas de peitoril, mas o trabalho da madeira manteve-se, mais espectacular nos balaústres e tábuas de ângulo da sacada do primeiro piso, com enrolamentos de folhagem gravados, ainda nas mísulas que ladeiam a sacada central.

Em 1664 foi fundado o Convento dos Capuchos, frente à Porta da Garrida. O edifício sofreu grandes alterações, já para além do período que estamos a tratar, e o seu estilo construtivo não seria ainda concerteza plenamente barroco. Contudo, a sua implantação frente a uma porta da muralha, no seu exterior, e em posição frontal ao eixo formado pelo troço superior da rua da Infesta que a atravessava são já plenamente barrocos. Expansão e axialidade, dois dos principais vectores do urbanismo barroco surgem aí, e pela primeira vez, em Guimarães. Mais dois conventos femininos se lhe vão seguir, em 1680, na rua Travessa, a oeste, o das Dominicicas ou de Santa Rosa de Lima, a sul do Campo da Feira o das Capuchinhas, fundado em 1683 junto da estrada para Amarante, com menor impacto, sobretudo o primeiro, em termos de estruturação de um espaço barroco, mas os dois em zonas de expansão urbana que vão ajudar a consolidar e fomentar. Um terceiro convento feminino, o do Carmo, foi instituído intramuros em 1685 no troço superior da rua de Santa Maria, designado da Infesta, implantação essa a que não deve ter sido estranha a pouca densidade populacional do local e a grande quantidade de pedra disponível nas cercanias. Como consequência urbana imediata originou o habitual terreiro frente ao seu frontispício, rasgando o miolo entre a rua da Infesta e do Poço, e que tinha várias casas nobres na sua margem ocidental.

Com o início da construção, em 1721, da Casa do Tournal, a destruição, também por essa época, das antigas alpendradas e o lançamento, em 1735, da Igreja de S. Pedro, o largo do Tournal assumiu-se como praça barroca, axialmente hierarquizada pelo templo que era ladeado por várias casas-nobres. Incompleta, a praça só seria resolvida posteriormente, em finais do século, com a construção da designada «frente pombalina» do Tournal. A grande época do barroco vimarenense, será, porém, mais tardia, e a ela não foi estranha a permanência na Vila, ainda que por um curto período, do Arcebispo D. José de Bragança que, juntamente com o fidalgo Luís Tadeu de Albuquerque, foi a sua personagem mais paradigmática. A festa barroca teve por cenário principal a casa deste na praça da Misericórdia, plateia e palco onde se montaram as estruturas de madeira, cola e cartão das «arquitecturas efémeras», ensaios para mais permanentes realizações em frontispícios de casas e conventos, no interior dourado pelos retábulos de igrejas e capelas, ou no seu equivalente em movimento, os coches e carruagens que percorriam as artérias e praças principais da Vila, num circuito ostentatório de exposição e riqueza.

Os mecanismos da visão, tão importantes na estética barroca, a inter-acção entre o ver e o ser visto são também foram determinantes na edificação, pelo académico Luís Tadeu, em meados do século XVIII, do Palácio de Vila Flor, numa exposta encosta dominando toda a vila e coroando um conjunto cénico de ajardinados socalcos que, no género, são os mais importantes do norte do país. O palácio inacabado marca, cronológica e fisicamente, o ponto máximo da expansão barroca e é peça importante de um conjunto que, entre casas e conventos, jardins e cercas, pontuou, nos meados do século XVIII, todo o limite exterior da vila, expandindo-o para além dos seus apertados «arrabaldes» de origem medieval e marcando-lhe futuras linhas de evolução.

Em Guimarães não é frequente a existência de tipologias diferenciadas de habitação para a primeira metade do século XVIII, mantendo-se, no geral, as suas antecedentes seiscentistas. Dada a inexistência de estudos específicos sobre a habitação urbana comum para esse período, em Guimarães como para o resto do país, torna-se difícil a sua individualização e caracterização, as grandes alterações pertencendo já à segunda metade do século. Com alguma certeza, contudo, pode-se afirmar que o uso da pedra nas fachadas se começa a tornar mais frequente, substituindo gradualmente a taipa nos pisos superiores. A tendência para a regularização em altura procedente do século XVII estabiliza-se na loja e dois pisos da esmagadora maioria dos prédios urbanos. A ausência em muitos casos de cornijas é característica, assentando as coberturas directamente sobre o remate das paredes das fachadas e avançando sobre a rua em largos beirais suportadas por armações de madeira. Este processo construtivo, contudo, já é observável em construções do século XVII e é possivelmente originário de épocas anteriores, verificando-se aqui também uma linha de continuidade.

Em meados do século XVIII, o processo de evolução e expansão urbana de Guimarães encontra-se consolidado, marcando os limites da Vila que irão, com poucas alterações, permanecer até ao século XX. Nesse desenvolvimento, foi de fundamental importância a edificação de casa nobres igrejas e conventos fora e dentro de muros. Definiram ruas, originaram praças, incrementaram o desenvolvimento de corredores de circulação entre a vila e o espaço que lhe era contíguo, preenchido posteriormente pela malha urbana. A criação dos campos junto das muralhas, corresponde à sua perda de importância como estrutura defensiva. A cerca torna-se «transparente», deixando de ser um obstáculo divisório entre o dentro e fora de muros, antes constituindo um factor de aproximação das duas zonas, fomentada pelo desenvolvimento da construção

adossada ao seu interior. Tal facto, no prosseguimento de uma tendência anterior, verifica-se sobretudo na zona sul da povoação, correspondente a um espaço de maior desenvolvimento e actividade construtiva, em detrimento da Vila Alta ou do Castelo, cujo despovoamento se acentuou, embora datem deste período os primeiros sinais de revitalização consequente, com a edificação dos Conventos dos Capuchos e do Carmo, da fundação do Hospício das Trinas na rua do Poço. A zona de Maçoulas, na qual foi em meados do século XVI erigido o Convento do Carmo, continuou a bloquear, durante este período, o desenvolvimento urbano para Oriente.

A habitação corrente tendeu para a normalização em altura e regularização dos lotes, acompanhada no século XVII pela explosão de diversas tipologias construtivas. O seu equivalente aristocrático, a casa nobre, afirmou-se também a partir do século XVII, consequência do desenvolvimento económico provocado por vários factores, como a introdução de novas culturas, sobretudo o milho, a riqueza obtida em comissões ultramarinas, o aparecimento do ouro brasileiro no início do século XVIII, e também, a partir dessa altura, pela apropriação indevida de terras, baldias ou não, por parte dos poderosos, alargando assim a área das suas propriedades rurais

Os principais eixos viários que servem Guimarães conservam a sua importância neste período, não se verificando alterações de maior na sua estrutura. Existe contudo uma implementação da abertura de novos caminhos e melhoramento de antigos nos arredores da povoação. Na sua maior parte conservam características rurais, ligando as casas nobres e conventos e articulando-se com as estradas pré-existentes. Ao longo deles, e sobretudo nos seus pontos de contacto com as vias principais, vão-se pausadamente fixar novos núcleos populacionais.

Outro fenómeno interessante que ocorre nesta fase prende-se com a pulverização dos principais equipamentos de carácter público, até ao século XVI concentrados no núcleo central do burgo canónico. O mercado do peixe deslocou-se para norte e para a renovada praça de S. Tiago no início do século XVII, os açougues para Sul e rua Nova do Muro, a Alfândega para fora da muralha junto à nova Igreja de S. Sebastião, o Pelourinho teve uma nova implantação frente ao «burgo» de Couros. Os «monumentos» da era moderna, como o chafariz do Toural e o padrão de S. Lázaro também participam deste fenómeno de dispersão, com novas implantações e novos significados.

#### 4 - A REFORMA ROCÓCÓ, POMBALINA E NEOCLÁSSICA DA CIDADE ( Meados do Séc. XVIII a meados do Séc. XIX )

Uma série de casas nobres urbanas, apresentando nas suas fachadas profusa decoração rocóco, de que o melhor exemplar é a Casa Lobo Machado na rua Sapateira, cujo frontispício foi construído em 1754 pelo mestre pedreiro Amaro Farto, segundo encomenda do Rev. Rodrigo de Sousa Lobo, ergueram-se em Guimarães, na segunda metade do século XVIII, ao longo do «L» formado pelo cruzamento na praça da Oliveira dos eixos rua de Gatos - rua Sapateira - rua dos Mercadores e Rua de Santa Maria - rua da Infesta.

São edifícios que, ao contrário dos seus cidadãos antecessores seiscentistas se procuram integrar na malha urbana. Situados em ruas de grande movimento no coração da Vila, respeitam as frentes em que se inserem, ressaltando, sobretudo no caso Lobo Machado na rua Sapateira e Branco Ribeiro de Carvalho na rua dos Gatos as maiores dimensões do lote e volumetria quando aferidos com os das suas vizinhas habitações burguesas. Juntamente com a fachada da Igreja do Convento dos Capuchos, na qual, a partir de 1763, colaborou o entalhador António da Cunha Correia do Vale, da teatral e movimentada igreja dos Santos Passos de André Soares iniciada em 1765, que no topo do Campo da Feira cria, com a sua acentuada axialidade e monumentalidade o mais perfeito exemplar de espacialidade barroca em Guimarães, e das capelas das Ordens Terceiras de S. Domingos e S. Francisco que concorreram para regularizar, respectivamente, a rua dos Gatos e o terreiro de S. Francisco, constituem as mais importantes realizações arquitectónicas do rocóco vimarenense.

O decorativismo *rocaille* faz-se notar ainda em algumas pedras de armas e pórticos precedidos de escadarias, com um belo exemplar na casa do Proposto, ou portões de acesso, como nas dos Cães de Pedra e do Canto. Porém, dadas as características aristocráticas do estilo, a sua importância, em Guimarães como noutras localidades, em termos de criação de um tipo específico de habitação urbana corrente é nula. Nesta fase que se prolonga até finais do século XVIII, a pedra torna-se o material mais utilizado na sua construção e, como veremos, variada legislação concorreu para a regulamentação e normalização dos edifícios.

Apresentando ainda decoração rocóco, mas já de transição para o neoclássico, a Casa das Hortas, casa nobre urbana fora de muros, também em termos de criação urbana possui significados diversos das suas congéneres intra-muros. A sua implantação na zona das Hortas, com a fachada directamente sobre a rua, antiga estrada para o Convento da Costa, associa-se ao acelerado desenvolvimento da zona, ajudando a definir a rua das Hortas, futura José Sampaio, primeiro sinal de um processo de desenvolvimento urbano para a zona ocidental da muralha, que vai ter grande futuro no primeiro quartel do século XX.

Parte integrante deste conjuntos tardo-barrocos são os jardins, de que em Guimarães são os dois mais notáveis exemplares, o do Palácio Vila-Flor e o da Casa de Vila Pouca. Ambos se desdobram geometricamente em socalcos frente às fachadas nobres respectivas, sobre encostas que dominam a vila, e a sua organização perspéctica e implantação, embora em menor escala, reproduzem como ocorreu em toda a Europa, as grandes realizações barrocas no território em redor da Paris do século XVII.

Outro tipo de casas nobres, contudo, surgiram em Guimarães neste período. De características urbanas, pelas suas grandes dimensões e desenvolvimento horizontal, caso da Casa do Carmo no largo do mesmo nome, resultam de permanências de gosto proveniente de épocas anteriores, contribuindo para a definição das praças em que se implantaram.

Dada a sua proximidade com Braga e a relevância que o rocóco vai atingir na capital minhota, sobretudo através das numerosas realizações de André Soares, Guimarães não podia ter-se furtado à sua influência neste período. Porém, a partir do terceiro quartel do século de setecentos, outra orientação vai seguir a evolução urbana da Vila. No Porto, a arquitectura rocóco não foi muito significativa, talvez, entre outras razões, pela precoce fundação da Junta das Obras Públicas, por ordem de Pombal e tendo à frente João Almada e Melo. À monumentalidade barroca sucede-se a regulamentação e normalização iluministas, com o poderoso precedente da reconstrução pombalina de Lisboa após o terramoto de 1755. É de notar contudo, que investigações levadas a efeito recentemente, não marcam uma linha de rutura absoluta entre as duas, caso de Lisboa, cidade em que se começam a conhecer os projectos urbanísticos de D. João IV e se sabe que alguns dos arquitectos e engenheiros militares mais importantes na reconstrução pombalina de Lisboa no reinado de D. José I tinham já servido o seu antecessor, e do Porto, em que por exemplo o eixo barroco Igrejas dos Clérigos - Santo

Ildefonso é acentuado com a criação das ruas de Santo António e dos Clérigos, já em vigência da Junta das Obras Públicas, e um projecto de Whithead previa o prolongamento da nova rua de S. João até desembocar na fachada nasoniana da Misericórdia da rua das Flores.

Assim, a um período de intenso ascendente do rocóco bracarense, sucede-se uma fase, mais desejada do que realizada, «pombalina» e de influência portuense. Os dois mais notórios pólos de atracção vimarenenses, Braga e Porto, consolidam assim o seu ascendente, em detrimento de outros que perderam importância, caso de Vila do Conde, cujo porto de mar, desde o século XVI, entrara em fase acelerada de decadência.

As principais vias que convergem para Guimarães, continuaram, sem grandes alterações, a pautar o destino cultural, urbano e económico da cidade. Sinal disso, e correspondendo às suas duas mais importantes ligações, nos finais dos anos oitenta do século XVIII construiu-se uma nova estrada para o Porto e foram efectuados melhoramentos na via que conduzia a Braga. A ascendência portuense tornou-se, contudo, mais forte com o aproximar do final do século, no processo perdendo Braga a primazia. O sucessor bracarense, em termos cronológicos, que não estilísticos, de André Soares, o arquitecto Carlos Amarante, e a forma como ele na sua obra entendeu o neoclássico não vão ter qualquer repercursão na arquitectura vimarenense.

Cronologicamente, a reforma pombalina sobrepõe-se ao período rocóco, detectável apenas em construções de carácter religioso ou de aparato palaciano. Em termos de criação urbanística é, nas suas duas vertentes de normalização e criação urbanas de muito maior relevância, e associada a elas, produziu um evento de fundamental importância, a destruição da muralha, que vai possibilitar uma interacção mais directa entre as zonas dentro e fora de muros.

Nessa perspectiva reformista, desde os anos sessenta até finais do século XVIII legislação vária proibiu e exigiu a destruição das empanadas, rótulas, tabuleiros e sacadas de modo a regularizar as frentes urbanas das principais ruas da Vila, por «causarem disformidade ao projecto público». Entre elas é de destacar a que, em 1769, obrigou os «...moradores da rua dos Mercadores, dentro de um ano, a recolher todas as sacadas das suas casas, de modo que só fiquem fora das paredes um palmo até palmo e meio tudo em direitura até o telhado, para assim alinhar com a rua Sapateira, por ser a mais pública desta vila...». Também em finais do século, o Código

de Posturas tentou regular os alçados e uma Provisão Real determinou maior rigor nos alinhamentos de cidades e vilas.

Em 1792, segundo informa Alberto Vieira Braga, a Câmara dirigiu um requerimento à rainha «...pedindo que ela fosse autorizada a dar o plano e risco de todos os edifícios que na vila se construíssem como se fazia no Porto para que assim a vila se aformoseasse e regularizasse...». A resposta real veio no ano seguinte, a 25 de Janeiro de 1793, através de uma provisão. Nela se ordenava que «... o Juíz de Fora se encarregasse de inspecionar as obras que se houvessem de construir, para não continuarem na mesma desordem... advertindo porém para que não se metessem em grandes projectos e que só se lembrasse que numa vila, ainda que tão notável como Guimarães, se devia primeiro que tudo olhar para a decência e comodidade dos habitantes, dispensando-lhes facilmente certas formalidades que têm lugar nas grandes cidades...».

O novo sistema, em rotura com o centralismo e dirigismo pombalinos permite, embora dentro de certos limites, a iniciativa individual, e corresponde às orientações de Lisboa após a morte de D. José e o afastamento do Marquês. A resposta real aos anseios vimarenenses que desejavam para a Vila um «plano e risco» fornecido pela Câmara para todos os edifícios, «como no Porto» é clara, recusando liminarmente tal pretensão. Existiria apenas uma vigilância exercida pelo Juíz de Fora às obras em curso, que levaria em conta uma certa ordenação da habitação e do tecido urbano. Uma intervenção mais profunda, que obedeceria a directivas de um organismo central, no caso a Câmara, seguindo o exemplo do que tinha acontecido no Porto com a Junta das Obras Públicas não ocorreu assim em Guimarães, com a notável e tardia excepção da «frente pombalina» do Toural.

O Toural, aonde em meados do século se processara como vimos, uma primeira tentativa de renovação, barroca ainda no espírito, era em 1758, como informam as Memórias Paroquiais «... o campo ou terreiro do Toural que é o de melhor vista e praça deta vila onde está um chafariz do povo de vistosa grandeza cercado de assentos para recreação do povo...». Em 1793, a Câmara contestou junto da rainha D. Maria I a acção do Juiz de Fora que tinha aforado a particulares o terreno contíguo à muralha do Toural. Afirmou no seu protesto que o terreno então aforado, «lugar alto formado em escadaria», sempre tinha sido usado para serviço público, aí se realizando a feira do pano do linho e que «...verificando-se os ditos aforamentos não só ficava deturpado e



informe o campo mas também as casas que ali se edificassem teriam muito pouco fundo e seria preciso que se encostassem sobre a muralha que guarnece a vila...». A resposta real, datada também do ano de 1793, salvaguarda os interesses dos enfitêutas e, para que as habitações a edificar pudessem ter mais profundidade, ordena a destruição da muralha, depois de reconhecer a sua inutilidade. Assim, as construções não prejudicariam o lugar onde se realizava a feira, que manteria as mesmas dimensões que tinha antes.

A inutilidade da muralha, oficialmente afirmada na sequência de autorizações para demolições parciais que vinham já desde os anos oitenta do século XVIII, ainda a referência a que os foreiros deviam construir segundo uma planta «que se remetia», são factos a assinalar. Salvaguardados os interesses individuais, a provisão real corresponde ao mesmo tempo aos desígnios do Senado vimarenense e ao tipo urbanístico «como no Porto» por ele pretendido. A «frente pombalina» do Tournal aparece-nos como uma realização de carácter tardio, ainda e sobretudo no movimento das cornijas, com remenicências barrocas, para além de outras, almadinas, no desenho e ritmo contínuo de vãos com padieiras abatidas e molduras laterais que, verticalmente, se prolongam. Isso contudo, não obsta ao seu alto valor estético, e é de realçar a sua importância como modelo para muitos edifícios disseminados pela vila, por exemplo em S. Francisco, Santa Luzia e nas Molianas.

O processo de demolição da muralha prolongar-se-á até meados do século XIX, quando a Torre de S. Bento foi destruída, e a pedra dela resultante utilizada em obras públicas, sobretudo fontes e calçamento de ruas, ou vendida a particulares. Como sua consequência imediata em termos de criação urbana, para além do já mencionado caso do Tournal, novas frentes urbanas surgiram a partir do início do século XIX, sobretudo na Rua Nova de Santo António e zona de S. Francisco. Quase contemporâneas do Tournal, e embora as habitações aí edificadas obedeçam a certa normalização no que respeita ao tamanho dos lotes, altura dos alçados, ausência de sacadas salientes, o igualitarismo pombalino está ausente da sua concepção, apresentando diferentes aspectos segundo as preferências individuais dos seus proprietários, casas, segundo bem notou Vieira Braga, « de certa distinção expressiva», e que podemos, à falta de melhor classificação, apelar de neoclássicas.

Datam desta época também, início do século XIX, algumas medidas legislativas de carácter «moderno» em termos urbanos, que obedeciam sobretudo a razões de

fiscalidade, como sejam a numeração das casas, sistema adoptado em 1807, e a indicação do nome das ruas. A divisão da vila em oito bairros, realizada por razões de vigilância policial também em 1807, desde os extremos NE, nas ruas dos Canos de Baixo e de Cima e SE na Cruz de Pedra e Madroa, passando pelas fronteiras leste nas Hortas e Campo da Feira e oeste na ponte de Santa Luzia, fornece-nos uma visão precisa dos limites urbanos da Vila à época.

Perto desses limites urbanos duas importantes casas nobres, a do Costeado na Cruz de Pedra e a de Vila Pouca na colina que domina o Campo da Feira, podem ser considerados, do mesmo modo, neoclássicas e datam também de inícios do século XIX, embora, como noutros casos em Guimarães, sejam de origem mais antiga. Sobretudo o do Costeado, edificado numa depressão a que conduz uma longa alameda cujo percurso o vai a pouco e pouco revelando, obedece a princípios de implantação que já nada tem a ver com a frontalidade e axialidade dos seus antecessores barrocos e *rocaille*. A sua fachada nobre, oculta de olhares indiscretos, não se abre ostentatoriamente para a Vila ou directamente para a rua. Pelo contrário, a sua única frente visível à distância vira as costas à povoação e domina o fértil vale de Creixomil onde se concentravam grande parte das suas propriedades. Neste caso, como no de Vila Pouca, a importância dada à existência junto das habitações de importantes estruturas de apoio à agricultura em tempo de divulgação das doutrinas fisiocráticas revela a sua vocação de cabeças de grandes unidades de produção agrícola.

Outras casa nobres, de menores dimensões e perfeitamente integradas no tecido urbano circundante, surgem em finais do século XVIII, inícios do XIX na Vila. Por vezes apenas as pedras de armas os distinguem da vizinha habitação burguesa, partilhando com ela as dimensões dos lotes e a elevação dos alçados. O processo de normalização iniciado desde meados do século XVIII com o intimismo das primeiras casa nobres urbanas rocóco chega ao seu termo, situação essa que só mais tarde, e meados do século, o liberalismo e romantismo triunfantes vão profundamente alterar com o aparecimento de novas mas já completamente indiferenciadas tipologias habitacionais, a distinção entre habitação nobre e burguesa deixando de fazer sentido.

Os finais do século XVIII, início do XIX são época de grande desenvolvimento económico para Guimarães e a sua zona circundante, sobretudo graças a uma forte aceleração industrial nas áreas tradicionais da têxtil, da cutelaria e dos cortumes. O economista Acúrsio das Neves refere, para o primeiro quartel do século, um maior

número de unidades fabris de curtição de peles em Guimarães (83), do que as existentes nas cidades de Lisboa, Porto e Braga reunidas. Instaladas no antigo arrabalde de Couros, foram um importante factor do desenvolvimento urbano na zona, distinguindo-se entre todas a criada pelo comendador Cristóvão Fernandes da Silva, «o Cidade». Os seus produtos ganharam medalhas nas Exposições Industriais de Londres em 1851, Portuense de 1857, e já no limite do período que estamos a tratar, na Exposição Agrícola de Braga de 1863.

A sua fábrica, instalada junto ao rio de Couros, é semelhante a outras da zona, unidades na sua maioria de um só piso, por vezes dois, construídas em granito e organizando-se frequentemente em torno de pátios. As áreas de secagem dos cortumes são indicadas no exterior por estruturas de ripas de madeira que facilitam a circulação do ar. Junto da fábrica construiu o «Cidade» a sua residência. De linhas clássicas, planta em «U» e grandes dimensões, corresponde a uma nova tipologia urbana oitocentista, a do palacete burguês, neste caso, como era costume na época, associado à unidade industrial do seu proprietário. É o exemplar mais notável, pelas dimensões e cuidado posto no desenho da planta e tratamento dos alçados, mas outros, de menor aparato, se encontram ainda hoje nas proximidades, também associados a unidades industriais de cortumes.

Não são, contudo, os palacetes as únicas novas tipologias urbanas a desenvolver-se em Guimarães na primeira metade do século XIX. As preocupações higienistas e assistenciais da época levaram à criação de outras, sobretudo hospitais e mercados. Estão no primeiro caso os estabelecimentos das Ordens Terceiras de S. Francisco e S. Domingos e ainda a transferência do antigo Hospital da Misericórdia para o Convento dos Capuchos, no segundo as primeiras tentativas de criação de uma Praça de Mercado, que disciplinasse e concentrasse os inúmeros mercados e feiras que na vila em vários locais, anarquicamente se realizavam, e permitisse uma melhor vigilância das condições de higiene dos produtos, sobretudo alimentares, que aí se vendiam.

Os Hospitais das Ordens são realização já do século XIX, dispendo-se junto das capelas respectivas ainda setecentistas. O de S. Francisco sobretudo, terminado em 1877, revela fortes permanências barrocas na disposição e tratamento dos vãos do alçado principal que juntamente com a capela e a fachada lateral da igreja gótica conventual forma uma frente urbana contínua que delimita o terreiro do mesmo nome na sua margem nascente. Menos acentuadamente revivalista, o hospital da Ordem de

S. Domingos concluído em 1850, obedece a uma disposição semelhante, com a sua fachada principal alinhada pela lateral do antigo templo dominicano da rua de Gatos. Nos dois estabelecimentos são visíveis as preocupações sanitárias da época, com a existência de numerosas e amplas aberturas e a organização em torno de pátios centrais que permitem uma melhor iluminação, circulação do ar e conseqüente bem estar dos doentes.

Tal não acontecia no antigo Hospital da Misericórdia, na acanhada, pouco iluminada e insalubre rua da Arrochela, associado à Casa do Despacho e templo da Confraria. A situação piorou em 1794, segundo a opinião do Provedor da Misericórdia Tomás do Couto e Silva por «...virtude de na travessa ou viela do Arrochella se andarem renovando casas em toda a extensão dessa viela fazendo frente para o Toural, as quais subiam já segundo o risco muito acima das antigas casas e muros... ». As autoridades médicas de Guimarães foram convocadas para « ...se pronunciarem sobre o dano que poderiam padecer as enfermarias do hospital com essa obras que lhes tirariam luz e ar...», correndo-se mesmo o risco de propagação de um surto epidémico. As preocupações do provedor não foram contudo atendidas, a edificação da frente pombalina prosseguiu, e só em 1842 o hospital foi transferido para um local mais amplo e arejado, afastado do centro da vila, no Convento dos Capuchos, que imediatamente recebeu obras de adaptação às suas novas funções e posteriormente, em 1861 iniciou-se aí a edificação de um novo hospital.

Na planta de 1863 já aparece claramente definida a área denominada Praça Nova, ou do Mercado, onde, no século XX, se vai erigir o mercado projectado por Marques da Silva. Para além da sua importância em termos de local normalizado e controlado de venda pública de produtos, também como factor de desenvolvimento urbano é relevante, pois implantado num local que fazia parte da antiga cerca do convento dominicano, está na base da urbanização futura de toda a zona envolvente, desde o Toural até ao Proposto e ponte de Santa Luzia.

A sua localização, bem assim como a do Hospital da Misericórdia nos Capuchos só foi viável pela extinção das ordens religiosas em 1834, que permitiram a utilização dos edifícios conventuais e os grandes espaços das suas cercas para outros fins, hospitais, instituições assistenciais, quartéis, tribunais e escolas, transformando-se assim em polos de atracção e desenvolvimento urbano o que dantes eram sobretudo zonas verdes. É de notar, contudo, que em Guimarães a ocupação e destruição intensiva

desses espaços só se verificou no caso referido da construção do mercado na cerca de S. Domingos (e, em certa medida, também em Santa Clara), mantendo-se as outras zonas verdes das primitivas cercas conventuais quase intocadas.

A instalação definitiva no início do século XIX de um regimento militar em Guimarães, com quartel no Paço dos Duques, contribuiu decerto para revitalizar, juntamente com a instalação do Hospital da Misericórdia no Convento dos Capuchos, uma zona de Guimarães, antiga Vila do Castelo, que desde há séculos se encontrava pouco menos que abandonada em termos urbanos, subsistindo aí apenas algumas pequenas explorações agrícolas. A sua acção não terá porém sido suficiente, pois em 1870 a paróquia de S. Miguel com sede na igreja do mesmo nome foi definitivamente extinta.

À existência de quartéis militares esteve, no século XIX, muito associada a construção de teatros e a realização de espectáculos. O teatro tinha tradições antigas em Guimarães, mas no século XIX foi edificado o primeiro de raiz a que se deu o nome de D. Afonso Henriques, entre 1853 e 1855, na margem sul do Campo da Feira. No mesmo campo, mais abaixo e na sua margem norte, tinha anteriormente funcionado um outro, inaugurado em 1835 nos números de polícia 1, 2, e 3 do bairro construído por iniciativa do Conde de Vila Pouca na rua das Pretas. Para além do seu interesse cultural, a existência de dois teatros no Campo da Feira, um deles no conjunto de casas propriedade do Conde de Vila Pouca já referido, que se prolongava para SE quase até à capela-mor da igreja, é importante em termos urbanos, pela estabilidade que deu às margens nascente e poente da praça, cuja longilínea axialidade tinha sido definitivamente afirmada a sul pelo templo rocóco do Senhor dos Passos.

Na Misericórdia e no largo de Santa Clara também se vão processar trabalhos de regularização nos finais da fase que estamos a tratar. Sobretudo este último caso é interessante. Nos anos trinta, o pintor suíço Augusto Roquemont foi hóspede dos Azenhas, então proprietário da Casa do Arco, que o contratam para nela realizar uma profunda remodelação. A ele se deve portanto o aspecto neoclássico que o edifício hoje apresenta, e a fachada que provavelmente então se transformou, aberta para o largo, uma reorientação do plano do edifício seiscentista que era solicitada pelo frontispício barroco do convento. Esta modificação reorganizou por completo a praça e a Câmara em, 1862 efectuou nela obras de demolição e desaterro, alterando ainda a implantação da Casa dos Pombeiro. A intenção de realizar uma praça «nobre», ainda à maneira

barroca, fortemente marcada pela fachada do convento é nítida e reveladora do esgotamento dos modelos urbanísticos reformistas que se verificava na Guimarães de então. Essa situação, pressentida pela Câmara, é a causa próxima da encomenda e realização do primeiro plano da cidade em 1863, que marca o fim deste período.

Para além da sua importância na criação de espacialidades em que a teatralidade e monumentalidade tardo-barrocas, caso do Campo da Feira e da Igreja do Senhor dos Passos, rompem os limites da vila, o rocóco desempenhou um importante papel na integração dos até então «excepcionais» casa nobres no tecido urbano.

Sincronicamente, abundante legislação esforçou-se de forma pontual para normalizar a construção, preocupando-se sobretudo com os problemas relacionados com o alinhamento das principais ruas da Vila e consequente destruição de sacadas, tabuleiros, etc.

Apesar das pretensões da eite vimarenense nesse sentido, não se verificou no tempo devido uma intervenção profunda, criadora de novos espaços, obedecendo a um plano de características semelhantes ao que então vingava no Porto com a pombalina Junta das Obras Públicas. Tal facto se veio a verificar tardiamente, quando esse tipo de urbanismo já fora ultrapassado por novos conceitos, que embora acentuando a normalização urbana, punham a tónica numa certa liberdade individual dos proprietários. Assim, o Toural aparece-nos como uma solução um pouco desfazada temporalmente, no prosseguimento de tentativas de remodelação da praça mais importante de Guimarães que datavam da primeira metade do século XVIII.

A destruição da muralha, no prosseguimento do reconhecimento real da sua inutilidade como sistema defensivo em 1793, está intimamente associada à edificação da frente pombalina do Toural e, para além da sua importância imediata como fornecedora de materiais para a construção de edifícios particulares e realização de obras públicas, teve outras consequências mais profundas, que acentuaram a interacção entre as suas zonas interior e exterior e possibilitaram a abertura de novas ruas como a de Santo António e a zona norte do terreiro de S. Francisco. O tipo de habitação aí construído, contudo, já não obedece ao igualitário espírito pombalino, antes se aproximando mais da conceito neoclássico que privilegia a diferenciação, salvaguardando porém a sua integração em conjuntos homogêneos. Importante é também a permanência de gostos originários da fase pré-pombalina, sobretudo o

barroco, que se prolonga pelo século XIX. A esta remodelação neoclássica obedecem também várias casas nobres de carácter urbano, caso das casas do Arco, e Freitas do Amaral, ou mais acentuadamente rural como os do Costeado e Vila Pouca.

Fazia-se, contudo, sentir a necessidade de uma intervenção mais profunda no tecido urbano, daí decorrendo a necessidade de um Plano que estabelecesse as suas bases, já desejado nos finais do século XVIII e nunca concretizado. Com a sua realização em 1863, a Vila de Guimarães, fortemente marcada pelo desenvolvimento comercial e industrial a partir de finais de Setecentos, vai dispôr de um instrumento que permitiu repensar o seu desenvolvimento futuro.

## 5 - A EXPANSÃO ECLETICISTA E INDUSTRIAL DA CIDADE

( Meados do Séc. XIX a 1924 )

Foi em meados do séc. XIX que uma série de eventos ocorridos em Guimarães, decorrentes do clima de pacificação e progresso permitidos pela Regeneração, demarcam uma nova e importante fase na sua evolução urbana.

Consequência do grande desenvolvimento industrial, comercial, e urbano da vila, reflexo sobretudo de uma forte expansão do primeiro, ancorado nos sectores tradicionais dos cortumes, cutelaria, e têxtil, a Rainha D. Maria, que visitara a vila em 1852, concedeu-lhe no ano seguinte o título de cidade.

Anos antes, em 1845, tinha-se iniciado a construção da estrada Porto a Guimarães por Santo Tirso. Interrompida pela Maria da Fonte, a estrada só se concluirá na segunda metade do século, incluída no plano fontista de renovação rodoviária, como outras que faziam a ligação a Braga, iniciada em 1861, Fafe, também desse ano e Lixa, que arrancou em 1866. Também dessa época são a nova ligação ao Porto por Vila Nova de Famalicão, a Vizela e a Lanhoso. A rede viária vimarenense, tão importante para o escoamento dos produtos das suas indústrias e o comércio entre o interior transmontano e o litoral, manteve no geral o seu perfil medieval, mas o acentuado progresso oitocentista de povoações como Fafe e Vila Nova de Famalicão faz com que estas passassem a gozar de novo protagonismo.

A zona baixa da cidade, o Toural e áreas adjacentes, prosseguiu como ponto de chegada e partida das mais importantes ligações viárias de Guimarães, facto que é atestado pela concentração aí das estações públicas de diligências. Estas, em 1873, e segundo informa o Padre Ferreira Caldas, situavam-se no Toural, na rua que o ligava à praça Nova do Mercado, no terreiro da Misericórdia, no largo de S. Sebastião e no largo de Nossa Senhora da Oliveira.

Um terceiro acontecimento de grande importância foi a realização da Planta de 1863, encomendado pela Câmara Municipal ao Eng<sup>o</sup> Manuel de Almeida Ribeiro, professor da Arquitectura Civil e Naval da Academia Portuguesa de Belas Artes e concluída em 1867, dois anos depois de serem criados, em 1865, os Planos Gerais de Melhoramentos que marcaram a génese do urbanismo português.

Na planta, para além de ser feito «o ponto da situação» do desenvolvimento citadino à época, é indiciado um plano com as transformações necessários para, segundo o seu autor, ser melhorado e modernizado o velho tecido urbano vimarenense. O seu carácter era, portanto, estático, excluindo à partida a criação de qualquer zona de futura expansão, actuando sómente sobre pré-existências urbanas: alinhamentos de ruas, terraplanagem e regularização de praças, rompimento de novas artérias com as consequentes e necessárias demolições, inseridas nas típicas preocupações higienistas e de circulação do pragmatismo urbanístico do século XIX. Certos edifícios, como o Paço dos Duques, a Igreja de S. Miguel do Castelo, e o Castelo de Guimarães, seriam salvaguardados, os primeiros «...como monumentos de recordações nacionais...», o Castelo por ser «... antiga habitação dos Reis de Portugal...». O que, não sendo totalmente exacto, não deixa de ser sintomático de preocupações patrimoniais, nem sempre presentes na obra dos urbanistas oitocentistas, e demonstra a existência de uma hierarquia de valores. Noutros pontos de Guimarães e noutras localidades como o Porto, essas preocupações não foram suficientemente fortes para impedir, por exemplo, a demolição de monumentos como as igrejas de S. Sebastião, de S. Paio e de S. Tiago e, na cidade da Virgem, do bairro medieval dos Banhos, junto a S. Francisco e do Convento de São Bento da Avé-Maria.

Muitas das soluções apontadas no plano não foram executadas, ou apenas o foram muito depois, e algumas delas eram urbanisticamente revolucionárias, como a projectada ligação do terreiro de S. Francisco, passando pelo Campo da Feira até alcançar o então denominado largo da Fraga, junto ao actual Liceu. Só nos anos 20



deste século parte desse projecto se viria a realizar, na zona acima da rua José Sampaio, com o Plano Luís de Pina. Outra, também de grande capacidade de previsão da evolução citadina e da resolução dos problemas daí decorrentes, projectava a realização de uma ligação entre a Cruz de Pedra e Santa Luzia, isto é entre as estradas do Porto e de Santo Tirso, o que possibilitaria o desvio do trânsito rodoviário do centro urbano. Uma terceira previa uma rua que ligasse a praça do Mercado a Santa Luzia, lamentando-se o projectista « ... e pena é que uma expropriação dispendiosa não permita prolongá-la no mesmo alinhamento até à estrada de Fafe...». Desta última, uma parte executou-se, ainda no século XIX, com a abertura da rua Gil Vicente (antiga rua Nova do Mercado), em 1873, sinal da futura expansão da cidade para a zona do Preposto. Finalmente, na zona de S. Domingos, uma nova artéria projectada ligava o Toural á praça do Mercado. A rua, posteriormente denominada Paio Galvão, vai ser aberta em 1873, quando foi demolida uma saliência do Convento que impedia o seu correcto alinhamento, alinhamento esse que foi fortemente consolidado com o início da construção, em 1900, do edifício da Sociedade Martins Sarmiento, projecto eclético, de estilo «românico-bizantino» do arquitecto portuense Marques da Silva, que só viria a ser terminado nos anos sessenta deste século.

As preocupações higienistas do século XIX foram expressamente equacionadas pelo Eng<sup>o</sup> Almeida Ribeiro, que aconselhava expropriações para demolição nas zonas da cidade «...onde a propriedade está a cair em ruínas...». Demolição essa que permitiria «... colocar toda a cidade em boas condições higiénicas», com o «...desaparecimento dos bairros mais insalubres e mais indecentes da cidade...». Escusado será dizer que esses bairros a demolir constituíam, na sua maior parte, o conjunto urbano mais antigo e mais interessante do burgo. Aos aspectos positivos do plano correspondiam outros, seguindo os ventos do século, que se tivessem sido executados teriam provocado uma destruição patrimonial irreparável. Mesmo assim, o plano sugeria a demolição da Igreja de S. Sebastião, que viria a ser executada em 1891/92, mas poupava as de S. Tiago, e de S. Paio, a primeira por ter sido «...templo do paganismo e a primeira igreja cristã de Guimarães...». Tal não obstou a que fosse destruída pelo camartelo em 1887, tendo S. Paio seguido o mesmo caminho já no século XX, em 1914. Demolidas foram também as apendrardas do lado poente da praça da Oliveira e do lado sul até à Senhora da Guia e, em 1876, a Alfândega seiscentista junto de S. Sebastião.

Assistiu-se, portanto, em Guimarães e desde meados do século, a uma verdadeira revolução urbana, levada a cabo por sucessivas vereações, e implementada pela Comissão de Melhoramentos presidida pelo Dr. Avelino da Silva Guimarães, criada em 1869 na sequência do Plano de 1863, e da qual faziam parte, entre outros, Francisco Martins Sarmiento. A essa Comissão coube, para além da concretização de algumas das ideias do Professor Almeida Ribeiro, a criação dos primeiros espaços verdes públicos de Guimarães, no Toural e em S. Francisco, fenómeno oitocentista que se divulgou um pouco por todo o país, a partir do celebrado Passeio Público lisboeta, actual Av<sup>a</sup> da da Liberdade, e onde a burguesia saía das lutas liberais da primeira metade do século exibindo a sua recém adquirida riqueza. Para a transformação do Toural foi demolido, em 1874, o chafariz quinhentista, mais tarde reconstruído na sua actual implantação frente ao Convento do Carmo. Pela mesma época foi, da mesma forma, derrubado o seu similar bracarense construído, também em finais do século XVI, no Campo de Santa Ana, e que actualmente está no Campo das Hortas. O cruzeiro seiscentista existente na parte norte do campo foi da mesma maneira retirado em 1874, tendo-se depois iniciado a construção em 1878 do jardim com uma placa central na qual se erguia um coreto.

A regularização e realinhamento da parte norte da praça foi possibilitada por um acontecimento fortuito pois, em 1869, um grande incêndio destruiu as casas então existentes, provavelmente de origem seiscentista e setecentista, que então foram substituídas pelas actuais. A reconstrução foi também dirigida pela Comissão de Melhoramentos. Também ideia da Comissão foi o arborizar das zonas de S. Sebastião e de S. Francisco, efectuado a partir de finais dos anos 70, com a transformação do segundo numa alameda ladeada por quatro ruas. Aí foi em 1887 inaugurada a estátua de D. Afonso Henriques pelo rei D. Luís. Toda a zona dos antigos campos seiscentistas entre a Porta de S. Domingos e S. Dâmaso foi assim arborizada, fenómeno semelhante ao ocorrido no Porto, com o Passeio das Virtudes, o Jardim da Cordoaria, S. Lázaro e as Fontainhas.

Outra constante do século XIX liberal, sobretudo da sua segunda metade, e após a promulgação por Passos Manuel em 1836 da lei que criava o ensino liceal, foi a preocupação com a alfabetização e o ensino público. A Comissão de Melhoramentos não foi imune a ela, e lançou a ideia da criação «...de um edifício para biblioteca pública e aulas de instrução primária, latim e francês...». Este novo e desejado

equipamento só será, porém, levado a cabo mais tarde, já nos alvares do século XX, quando da edificação da Sociedade Martins Sarmiento. O primeiro Liceu vimarenense instalou-se em 1896 no Convento de Santa Clara onde, desde 189, funcionava o Seminário Eclesiástico. A necessidade de preparar mão de obra qualificada para a importante indústria vimarenense e na sequência da organização dos ensinos Comercial e Industrial em território português por Emílio Navarro, foi criada, em 1884 a Escola Industrial, na zona a norte da praça do Mercado, futura rua Alfredo Guimarães.

Também reveladora das preocupações higienistas oitocentistas foi a construção de um Matadouro Público, em substituição dos primitivos açougues de origem medieval, desde o século XVII instalados na rua do mesmo nome. À Comissão coube a escolha do local para a sua edificação, junto de Santa Luzia, «por aí haver água limpa» e «ficar perto da cidade». O edifício, de um neoclássico tardio, só será construído de 1896 a 98 e, desde logo, a sua implantação definiu um dos extremos da futura Av<sup>a</sup> Conde de Margaride, o outro, na continuidade da rua Gil Vicente, arrancando do cruzamento desta com a rua Paio Galvão.

A zona alta da cidade, votada ao abandono desde há séculos, com apenas algumas tímidas tentativas de renovação, viu nesta fase, em 1870, o desaparecimento da paróquia de S. Miguel do Castelo, extinta pelo Arcebispo de Braga D. José Joaquim de Azevedo e Roma. Pouco mais tarde, em 1874, e dado o estado de ruína atingido pela capela, foi constituída uma comissão com o fim de a restaurar, de que faz parte o arqueólogo Francisco Martins Sarmiento. Já anteriormente, em 1850, se tinha criado uma Comissão de Amigos de Castelo, que tinha em vista zelar pela sua conservação. Estas preocupações patrimoniais oitocentistas são importantes em termos urbanos, pois dada a riqueza de Guimarães em edifícios plenos de significados históricos, sobretudo dos primórdios da nacionalidade, vão ter continuidade, já no século XX, na política de restauro levada a cabo pelos Monumentos Nacionais, que incidiu particularmente na preparação das comemorações dos oitocentos anos da Independência de Portugal e que vai alterar profundamente a zona da «colina sagrada» onde se encontravam o Castelo, a Capela de S. Miguel e o Paço dos Duques. Antes disso, e em 1881 foi aberto o largo do Carmo, com a destruição do miolo construído entre as ruas do Poço e da Infesta e, articulando-se com ele, em 1891/92, a rua Serpa Pinto. Esta artéria, que entroncava a nascente na nova estrada de Fafe e a rua Alberto

Sampaio Sampaio, estará na base da expansão urbana nessa direcção, consequência próxima da destruição da muralha.

Se na cidade alta não houve grandes alterações, o mesmo não sucedeu na zona baixa a sul. A inauguração da ligação ferroviária Guimarães-Lousado em 1884, rapidamente continuada, primeiro até à Trofa, depois, já em 1907, até Fafe, trouxe insuspeitas alterações em termos de desenvolvimento urbano para uma zona da cidade em que tal não estava previsto. De facto, o Plano de 1863 não faz qualquer referência a essa área, que de outra maneira prosseguiria a ser de vocação agrícola. Lembremo-nos que a estação do Caminho de Ferro se construiu em terrenos da Quinta de Vila Flor, cujo palácio dominava toda a encosta que se estendia desde a futura estação até à rua do Relho, S. Sebastião e o Toural. O grande desenvolvimento industrial da cidade atestado pela realização, precisamente no palácio Vila-Flor, da Exposição Industrial de 1884, solicitava a ligação de Guimarães, agora autêntica metrópole regional, através do novo e rápido meio de transporte a toda uma rede nacional, permitindo um mais fácil escoamento da sua produção. Duas novas e fundamentais artérias vão ligar a estação ao centro da cidade: a Av<sup>a</sup> da Indústria, a ocidente, iniciada em 1890, dirigia-se ao Campo da Feira, e a do Comércio, a oriente, unia-se com o Toural. Ambas estarão concluídas no limiar do século XX e na sua primitiva designação de estão bem simbolizadas as forças criadoras da riqueza que permitiu e provocou a sua abertura. Para além disso, estão na base da urbanização, já deste século, de toda a área, e da consequente aproximação da cidade à Penha, ultrapassado que foi o obstáculo formada pelas fábricas da zona de Couros, bem assim como da canalização do trânsito proveniente de Santo Tirso e Porto pelas duas novas artérias, conforme o seu destino fosse o centro da cidade ou a estrada de Fafe.

Pouco antes, em 1881, as barreiras alfandegárias, sendo em menor número do que os existentes em 1843, cobriam uma área bastante maior, o que atesta o desenvolvimento da cidade nesse período de cerca de quarenta anos. São agora já considerados limites urbanos, por exemplo, o Preposto, a Casa das Hortas, a estrada de Santo Tirso junto do local designado da Meia Laranja, a casa do Canto na estrada de Fafe. Entretanto, e para além do limite estabelecido pelas barreiras, antigas freguesias rurais nas proximidades de Guimarães, como Urgeses, Azurém, Costa, Creixomil, Fermentões são progressivamente atraídas pelo poder aglutinador da cidade. Isso levou a que, por exemplo, o Padre António José Ferreira Caldas considerasse que

Guimarães, em 1878, tinha a população de 13.202 habitantes, incluindo nesse número os habitantes das referidas freguesias, «...não só pela sua contiguidade, mas também porque este é o exemplo de muitas cidades...».

A atestar a característica de metrópole regional que, a partir de finais do século XIX, Guimarães inquestionavelmente possui, uma série de melhoramentos são por essa época introduzidos. Assim, em 1903 foi criado o abastecimento à cidade de água canalizada, originária nos mananciais da Penha, sendo a obra adjudicada ao gerente da Companhia Aliança e Fundação de Massarelos do Porto, Joaquim Carvalho da Assunção, enquanto que dois anos antes, em 1901, se tinha inaugurado a rede de iluminação eléctrica.

Em 1911 foi proclamada a República. O Municipalismo sempre foi uma das preocupação dos republicanos, e logo em 1914, na sequência da publicação do novo Código Administrativo, a edilidade vimarense criou uma Comissão Executiva de que faz parte o militante do partido republicano português, Mariano Felgueiras. Um pouco por todo o país, essas Comissões Executivas multiplicaram-se, e da sua actividade saíram prolixos planos de melhoramentos municipais, alguns dos quais nunca chegaram a ser executados, outros, como a abertura da Av<sup>a</sup> dos Aliados no Porto, alteraram profundamente a face urbana de numerosas povoações. Entre as obras projectadas pela Comissão, são de assinalar as que previam a construção de um bairro operário, do sistema de saneamento citadino, bem assim como a valorização da zona em redor do castelo, da ligação por carro eléctrico a Braga e a construção de uns novos Paços do Concelho. Sobretudo este último interessa-nos pois, para além de terem sido a única das obras mencionadas a que se deu início neste período, serão da maior importância, em termos de criação urbana, num futuro próximo.

Várias localizações foram sugeridas para a implantação dos novos Paços, desde o lado norte da praça do Toural, entre o Largo República do Brasil e a rua Dr. José Sampaio, na zona junto à igreja e hospital de S. Dâmaso, até ao Paço dos Duques, projecto este da autoria de José Luis de Pina e que pressupunha a abertura de uma rotunda frente ao edifício e a sua ligação por uma avenida, paralela à muralha, à zona da Senhora da Guia. A implantação escolhida acabará por não ser em nenhum desses locais, mas sim na praça de S. Tiago, o que levaria à necessidade de grandes obras de readaptação e regularização da antiga praça. Mais do que razões de ordem técnica, na

origem da decisão esteve provavelmente a carga simbólica do local e a proximidade com o antigo edifício da Câmara.

O concurso para o novo edifício foi lançado em 1916, e o seu vencedor foi o Arquitecto Marques da Silva, cujo projecto, no dizer do próprio, tinha de «...representar a síntese da tradições históricas da cidade e marcar as suas funções individualistas...». O ecleticismo historicista, já presente em outra obra vimarenense do arquitecto, o edifício da Sociedade Martins Sarmento, cuja primeira fase se encontrava concluída desde 1907, passaria a dispor de outra e notável realização. O projecto incluía elementos do imaginário medieval local, como o Castelo, a Capela de S. Miguel, o Paço dos Duques, o gótico das igrejas de S. Francisco e S. Domingos, a praça da Senhora da Oliveira e o edifício dos Paços do Concelho, sobretudo o seu alpendre «...de trânsito público, a ligar as duas praças...». Qualquer contributo moderno, excluindo a utilização, juntamente com o granito, do betão, foi liminarmente recusado pelo projectista.

As perturbações políticas da primeira República vieram a adiar sucessivamente a construção do edifício, e só em 1923 se decidiu a sua implementação, já não em S. Tiago, mas numa praça a construir na confluência das ruas de Serpa Pinto, Santa Cruz e estrada de Fafe. O Engenheiro António Martins Ferreira, colaborador de Marques da Silva, foi o projectista do novo conjunto, que incluía uma praça octogonal e uma avenida central, finalmente aprovado pela Comissão Executiva da Câmara em 1924. A expansão da cidade para oriente, anunciada por variadas e espaçadas realizações desde finais do século XVIII, foi assim definitivamente consagrada, e será disciplinada pelo Plano de 1925, realizado por Luís de Pina, mas que, na sua substância, se encontrava já plenamente enunciado no projecto do Eng<sup>o</sup> António Martins Ferreira.

A Sociedade Martins Sarmento e os projectados Paços do Concelho de Marques da Silva, de que se chegaram a construir as fundações e o piso térreo, foram sem dúvida as mais notáveis realizações do ecleticismo e revivalismos oitocentistas em Guimarães. Não foram, contudo, as únicas, pois eles surgem frequentemente entre um diversificado conjunto de novas tipologias habitacionais, para além de nos já referidos equipamentos ligados à administração, ao ensino, ao abastecimento, que se disseminaram pela cidade a partir de meados do século, sobretudo nos novos arruamentos criados no seguimento do plano de 1863. As primeiras dividem-se sobretudo em dois grupos distintos, a moradia burguesa, ladeada ou não pelo jardim de dimensão variável e o

prédio de rendimento, de origem ainda setecentista. No primeiro pode-se incluir o palacete urbano, que se desenvolve a partir do liberalismo, propriedade da nova burguesia, enriquecida já não só pela agricultura e o comércio mas também pela indústria e a finança, o dinheiro do Brasil. Belo exemplar é a casa Martins Sarmiento, no antigo do Carmo que, a partir de 1899 lhe tomou o nome, edificado pelo arqueólogo Francisco Martins Sarmiento. O classicismo dos seus alçados é matizado por sinais de um romantismo tardio, e as grandes dimensões e conservadorismo da sua planta são talvez a última remeniscência vimarenense das antigas casas nobres urbanas. De edificação posterior, já de inícios de novecentos, e mais próximos do ecleticismo oitocentista são vários palacetes e moradias burguesas construídos nas novas ruas de acesso à estação do Caminho de Ferro, símbolo do progresso trazido pelo novo meio de transporte. Similar na planta em «U» a antigas casas nobres é a Casa Pombeiro, na rua Serpa Pinto, mas o seu revivalismo acastelado sugere uma época e gosto já do século XX.

A diversidade estilística sugerida pelo termo eclético, faz-se notar noutras tipologias habitacionais, moradias ou prédios de rendimento, por vezes agrupadas em frentes urbanas com a áreas dos lotes perfeitamente estabilizada, caso do par azulejado e goticizante na rua de Gil Vicente. A destruição da Alfândega, em 1876, permitiu também a construção da frente de prédios de rendimento que entestaram na muralha, e cuja fachada se faz notar pelas múltiplas aberturas. O azulejo que as recobre, sistema provavelmente de origem brasileira, difundiu-se, a partir da forte zona de emigração que foi o norte do país para todo o território nacional, ficando a constiuir um sinal distinguível dos aglomerados urbanos portugueses a partir de meados do século XIX, cuja luminosidade vão totalmente reinventar. Também as unidades industriais se multiplicaram, abandonando as antigas tipologias oitocentistas das fábricas de cortumes da zona de Couros, especializando-se, crescendo em volumetria e área, e disseminando-se para a zona sul e sueste da cidade, ao longo dos novas Avenidas da Indústria e do Comércio, das mais antigas rua da Caldeiroa e Madroa, na Cruz de Pedra.

O grande progresso, sobretudo industrial, com a consequente melhoria das condições económicas e de desenvolvimento urbano, levou a que Guimarães fosse elevada à categoria de cidade em 1853. Como tal, necessitava de um plano de melhoramentos, publicado em 1867, que indicava uma série de obras necessárias para

a modernização do tecido urbano vimarenense, incluindo várias demolições que, hierarquicamente, respeitavam certos edifícios considerados de maior valor artístico e histórico. Em 1869 foi criada uma Comissão de Melhoramentos para executar o plano que, contudo, não previa nenhuma zona de expansão citadina.

Com o fontismo e a implementação da rede viária nacional, foram abertas novas estradas ligando Guimarães a Braga, ao Porto, a Fafe, a Lanhoso e à Lixa. Manteve-se a orientação geral das mais importantes vias medievais, mas observou-se um reescalamento na importância das povoações servidas pelas novas estradas, casos por exemplo de Vila Nova de Famalicão e Fafe que, no século XIX, tiveram grande desenvolvimento.

O caminho de ferro, que surgiu em Guimarães em 1884, teve profundas consequências no desenvolvimento urbano da cidade. A implantação da estação no sopé da Penha, a norte do palácio de Vila-Flor e numa zona até aí agrícola, teve como consequência imediata a urbanização de toda a essa área em torno de duas artérias principais, as ruas da Indústria e do Comércio. Pode-se, portanto, considerar o caminho de ferro como a maior novidade, em termos de traçados viários, ocorrida em Guimarães desde a Idade Média, e que levou, à semelhança do que se passara com as suas antecessoras vias medievais, a inevitável criação de uma zona de expansão urbana.

Uma nova série de equipamentos foi criada neste período em Guimarães, decorrentes das preocupações oitocentistas com a cultura e o ensino, a higiene, o abastecimento. Também foi projectado, já neste século, um novo edifício para os Paços de Concelho, da autoria de Marques da Silva, que se integraria numa zona de expansão a oriente da rua Serpa Pinto. Mais tarde, a ideia será sistematizada pelo Plano do capitão Luís de Pina.

O ecletismo e revivalismo oitocentistas deixaram belos exemplares em Guimarães, como a Sociedade Martins Sarmiento e, em termos de habitação particular, uma multiplicidade de tipologias que vão desde o palacete e a moradia burgueses até ao prédio de rendimento. Muitas vezes rodeados de jardins que, por vezes, abandonam as envergonhadas traseiras para avançar até ao nível da rua, a dimensão dos seus lotes e a altura dos alçados é variável, o que se explica pela sua implantação em zonas recentemente urbanizadas. Mais uniformes são as suas dimensões em prédios de rendimento como os da frente urbana da Alfândega, com belíssimos azulejos



recobrando as fachadas, novo elemento de reconversão e revalorização urbana introduzido a partir de meados do século XIX.

## 6 - A AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO MODERNO - MONUMENTAL DA CIDADE (1925 a 1974)

Na planta de 1863, quando se referia à zona das Hortas, o Eng<sup>o</sup> Almeida Ribeiro afirmava que a Câmara devia «...aproveitar o espaço por ele ocupado para a criação de um bairro novo...».

Em 1925, sendo presidente da Câmara de Guimarães Mariano Felgueiras, foi publicado o Plano Geral de Alargamento da Cidade, da autoria do capitão Luís de Pina. Ao contrário do seu antecessor de 1863, não era um plano estático, de actuação sobre zonas pré-existentes da cidade. Dinamicamente, previa a criação de toda uma área de expansão urbana, organizada a oriente de Guimarães em torno do edifício da nova Câmara Municipal neo-medieval da autoria do arquitecto portuense Marques da Silva, cuja construção se tinha iniciado no ano de 1924.

O intenso desenvolvimento industrial da cidade foi, sem dúvida, uma das razões fundamentais do plano, mas Luís de Pina, na memória descritiva não se lhe refere, privilegiando « ... a necessidade de se obter uma ampla praça para o projectado edifício dos Paços do Concelho...». Para além disso, contingências de ordem estética, topográfica, económica, estão na sua origem, bem como as ainda oitocentistas e sempre presentes preocupações higiénicas e de circulação. A cidade, «...engarrafada entre as duas linhas paralelas da velha muralha tinha necessidade de romper esse renitente obstáculo e de sair dele de uma forma rasgada, com amplitude, ar e luz...».

Interessante também é fazer uma análise da evolução dos conceitos de património, entre o Plano de 1863 e o de Luís de Pina. A cidade antiga devia permanecer, segundo este, inalterada: «...conservar o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo

e tradicional...». Filosofia patrimonial diferente da que tinha presidido à elaboração do plano de Almeida Ribeiro, que propunha a demolição de bairros inteiros e de templos como o de S. Sebastião. À noção patrimonial «museológica» que valorizava o monumento isolado, ou quanto muito um conjunto de monumentos que possuíssem grande carga artística, mítica e histórica, caso do grupo formado pelo Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques, sucedeu uma, mais elaborada, que conserva monumentos e conjuntos habitacionais nos quais eles se integram: «...conservar o velho burgo...». Este conceito está mais próximo do idealizado por Ruskin e Morris e é denominado por Choay de «conservação devota», acentuando a preservação extensiva da cidade ocidental pré-industrial e o seu ambiente urbano. Para além disso, a ideia patrimonial articula-se com a de expansão: não sendo possível actuar na cidade velha, «...que asfixiava dentro de vielas...» pelo valor patrimonial que representava, constrói-se uma nova, junto a ela, «...satisfazendo as modernas exigências de civilização e estética...».

No que se refere às «ligações com o existente», ou seja os pontos de contacto com a envolvente, construída ou não, algumas ideias mais antigas são recuperadas, sobretudo do velho Plano de 1863, como a abertura de uma rua que, a partir do terreiro de S. Francisco e seguindo pela viela de Solhães alcançasse o Campo da Feira e daí a avenida central projectada (actual Av<sup>a</sup> dos Combatentes), a ligação a Santa Luzia através do prolongamento da Rua de Serpa Pinto, ou ainda o alargamento da rua de Santa Cruz para norte. Outras, contudo, são novidade absoluta, como a nunca efectuada ligação com a rua infante D. Henrique, entre o Carmo e o Paço dos Duques.

Foi sobretudo através da rua Serpa Pinto e da sua ligação com a estrada de Fafe que o plano se articulou. Três avenidas, formando uma pata de ganso, estruturaram todo o sistema. Uma, a ocidente, corria paralela e junto da muralha até à Senhora da Guia; outra, central, em posição axial frente aos Paços de Concelho e ao seu pórtico dirigia-se até à rua Dr. José Sampaio, e ultrapassando-a, inflectia depois para a esquerda e para o Campo da Feira, obrigando à demolição do oitocentista bairro de Vila Pouca; finalmente, a rua mais oriental e exterior da pata de ganso terminava também na rua Dr. José Sampaio e na sua extremidade nascente, e no ponto de intercepção das duas estava planeada a construção de uma praça ou rotunda circular. Para oriente dela, um reticulado ortogonal formado por vias perpendiculares entre si estendia-se até à zona dos Canos de Cima e de Baixo.

Também uma via deveria ser aberta desde o reticulado oriental, correndo paralelamente à fachada principal do edifício dos Paços do Concelho, até alcançar a praça de Santa Clara. Designada rua de Nuno Álvares Pereira, para a sua execução foi, em 1925, cortada a muralha numa extensão de 50 metros e, para rematar o corte, formou-se um gaveto, dando ao muro uma nova orientação e nesse gaveto foi aberta uma porta para serventia do Colégio Internato Municipal (antigo seminário). A porta, um *pastiche* gótico, ainda hoje existe, embora a demolição dos paços neo-medievais de Marques da Silva lhe tenham retirado grande parte do significado e oportunidade. A rua Nuno Álvares alimentou vários projectos, nunca efectivados, de ligação ao arranque das ruas dos Palheiros e Gil Vicente. Para tal seriam necessárias avultadas demolições e a destruição, pelo menos na forma que o conhecemos, do largo dos Laranjais, sendo as razões invocadas para a continuação da rua a facilidade de acesso ao liceu, então instalado no extinto convento de Santa Clara.

O plano, para além da mais óbvia dependência em relação à Câmara de Marques da Silva, colocava-a em pé da igualdade com a «colina sagrada» e o seu conjunto monumental, nele integrado e reorientado pela atracção e perspectivação do traçado ortogonal. Uma das avenidas da malha convergia para o edifício dos Paços do Concelho, outra para o Paço dos Duques, ainda uma terceira para o castelo. Não era só uma «...Guimarães moderna... a cidade futura...», que Luís de Pina pretendia, mas também dotá-la com os monumentos da antiga. A partir de então, a importância do panorama sobre a «colina sagrada» será factor importante na elaboração dos posteriores Planos de Urbanização.

Finalmente, e cerca de cento e cinquenta anos depois dos insistentes pedidos da elite vimarenense, a cidade teve um plano «pombalino» de expansão citadina. O seu desenho ignorava por completo a crítica urbanística de finais de oitocentos, protagonizada sobretudo pelo alemão Camilo Sitte e que liminarmente recusava esse tipo de organização demasiado rígida, e muito menos se refere ao posterior desenvolvimento das «cidades jardins» inglesas, cuja hora, para Guimarães, ainda não tinha chegado.

Apesar disso, corresponde à primeira tentativa séria em séculos de dinamização e actuação sobre a parte alta da cidade, para além de projectar o seu desenvolvimento para oriente. Um factor arrastaria inevitavelmente o outro, mas os acontecimentos políticos próximos trouxeram algumas continuidades, mas também ruturas na sua

execução. Pela segunda vez, se nos lembrarmos do tardio episódio setecentista do Toural, uma inovação urbana chega política e temporalmente desfazada a Guimarães, sendo portanto a sua integral realização logo à partida posta em causa. Assim, torna-se difícil reconstituir as frentes urbanas desejadas por Marques da Silva e Luís de Pina para os novos arruamentos do « bairro planeado». A Av<sup>a</sup> dos Combatentes era a sua principal artéria, e ainda em finais dos anos trinta se procedia nela a trabalhos de terraplanagem, datando portanto algumas das interessantes moradias unifamiliares aí existentes dessa época e dos anos quarenta. Sobretudo a do gaveto NE, frente aos fundos do Palácio de Justiça é interessante, pela leitura tardia que faz da estética da «casa portuguesa» de Raul Lino e da casa Ricardo Severo no Porto.

Em 1926, dá-se o movimento militar chefiado por Gomes da Costa, que instituiu a ditadura militar, e logo foi publicado o decreto que substitui as vereações municipais por Comissões Administrativas. Mário Felgueiras foi afastado da Câmara e, depois de ter participado no movimento republicano do 3 de Fevereiro no Porto, partiu para o exílio, primeiro para a Galiza, depois para França.

A nova Comissão Administrativa da Câmara vimarenense, empossada a 23 de Julho de 1926, foi presidida pelo capitão Duarte Ferreira de Gusmão de Sousa Fraga, que também esteve á frente do pelouro das obras. A construção dos Paços do Concelho prosseguiu, e um conjunto de novas obras municipais foi lançado: renovação da praça de S. Tiago, construção de bairros sociais e preocupação com os aspectos monumentais de Guimarães, sobretudo a « ...reabilitação dos edifícios históricos e seu aproveitamento turístico... ».

Sobre o problema dos bairros, vale a pena referir que a Primeira República tinha-se proposto a construção intensiva de bairros sociais, o primeiro dos quais, na Ajuda, foi iniciado em 1917, datando de 1919 o de Sidónio Pais no Porto. Eram formados por moradias unifamiliares isoladas que mantinham o carácter rural das oitocentistas Vilas operárias, e será o Estado Novo que os vai concluir, conservando-lhes as tipologias. Em Guimarães, foi esse o caso do bairro económico de Urgeses. Com 314 moradores, «78 casas lindas, confortáveis, higiénicas», foi inaugurado em 1941, mas tinha sido iniciado ainda durante a primeira República.

Inserida na preocupação com os aspectos monumentais de Guimarães, foi aprovada a expropriação da zona envolvente do Castelo, Capela de S. Miguel e Paço dos Duques para a construção de um parque, ideia que originalmente fora lançada em 1914 por

Mariano Felgueiras. O plano de 1925, do capitão Luís de Pina referia-se já, na sua memória descritiva, à zona da «colina sagrada», onde se erguia o Castelo, a igreja de S. Miguel, o Paço dos Duques, e que era parte integrante dele. Segundo a memória descritiva, essa zona «...deve ficar livre dos velhos casebres e quintais de forma a constituir um terreiro de qual livremente se admirem as elegantes formas dessa relíquias do passado...». Os trabalhos foram iniciados em 1929, já depois da posse, em 1928, de Salazar como ministro das Finanças e da criação do Estado Novo, e prosseguiram com Duarte Amaral como vereador. Foram então pedidos pareceres aos professores Abel Cardoso, José de Pina, Marques da Silva, Pedro Vitorino, ao paisagista Jacinto de Matos e, mais tarde nesse ano, um projecto e orçamento para o parque foram encomendados a Marques da Silva.

Aproximavam-se então as comemorações do oitavo centenário da Independência de Portugal e da Restauração de 1640. Guimarães, o «berço da nação» seria um dos seus palcos principais e o Presidente das Comemorações Centenárias, Dr. Julio Dantas, empossou, em Março de 1939 as diversas comissões dos festejos vimarenenses: Comissão de Coordenações, Comissão de Decorações, Comissão de Instalações, Comissão de Arraiais e Festas Populares, do Trânsito, de Propaganda, das Cerimónias Religiosas, etc. À frente delas estavam homens como, entre outros, Duarte do Amaral, Mário Cardoso, Alberto Vieira Braga, José Luís de Pina, A. L. de Carvalho. As obras necessárias, sobretudo na zona do Castelo, e que incluíram uma melhoria dos seus acessos, foram delineadas num Plano de Urbanização da zona entregue ao urbanista da Câmara Municipal de Lisboa Faria da Costa, mas em que também colaborou Marques da Silva.

O desenho original do parque em redor do castelo, datado de 1914, foi considerado pelo jornalista Alberto Vieira Braga, já em pleno Estado Novo, como inapropriado, por ser o de «um jardim burguês». Na verdade, a encenação e «restauração» monumentais levadas a cabo pelo Estado Novo, através da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais criada em 1929, requeria um outro tipo, mais dramático, de realização. Dependente do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, cuja política de realizações era, no dizer do historiador Fernando Rosas « a grande aposta mediática do novo poder» e, portanto, desde 1932 a 1943, do ministro Duarte Pacheco (com um intervalo entre 1936 a 38, anos em que foi afastado do Ministério) passou durante esse período pela fase mais dinâmica da sua existência.

O primeiro boletim da D.G.E.M.N., editado em 1935, apresenta como paradigmas do restauro, entre outros, a Sé de Lisboa, o Mosteiro e Igreja de Alcobaça, a Igreja de Cedofeita no Porto. A ideia de recuperação da traça primitiva, a «devolução ao original», o «...integrar o monumento na sua beleza primitiva expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas...» estarão presentes desde as primeiras intervenções dos Monumentos Nacionais. A partir de 1933 que a ideia de «desafogar» o monumento, caso de Mafra (projecto de Paulino Montês, 1933), da Assembleia Nacional de S. Bento (projecto de Cristino da Silva, 1934), foi posta em prática, prosseguindo depois no Paço Arcebispal de Braga, a «cidade santa » da Revolução, cuja restauro foi executado em 1936. Na efectivação dessa política, o «emoldurar» da colina sagrada da cidade berço e dos seus monumentos: o Castelo, os Paços, e a Igreja de S. Miguel, limpos e restituídos à sua pureza «original» foram uma prioridade do regime para as celebrações dos três Centenários: 1140, o «Ano do Nascimento»; 1640, o «Ano do Renascimento» e 1940, o «Ano Apoteótico do Ressurgimento».

Em 1936, a D. G. E. M. N. iniciou a intervenção no Castelo, cuja primeira fase se concluiu no ano seguinte, a tempo portanto das Comemorações de 1940. O mesmo aconteceu com a «restauração» da Igreja de S. Miguel, já intervencionada por uma primeira vez em 1928, que se efectuou entre 1936 e 1939. Diferente sorte teve o Paço dos Duques, cuja intervenção, iniciada em 1937, só estaria concluída em 1960, bem assim como o parque projectado por Rogério de Azevedo, também só terminado na década de sessenta e influenciado no seu desenho pelos parques dos castelos franceses visitados pelo arquitecto portuense, que mostravam o «...ar nobre das tapadas senhoriais em plena função...». O projecto incluiu a colocação, face ao Paço dos Duques da estátua de D. Afonso Henriques esculpida por Soares dos Reis, originalmente colocada em S. Francisco, transportada depois para o Toural por ordem de Mariano Felgueiras e, finalmente, implantada na sua posição actual a tempo das Comemorações Centenárias.

A criação de «Zonas Protegidas» onde foi proibida a construção, englobando os três monumentos (uma primeira foi traçada em 1952, a segunda, definitiva em 1955), contribuiu para a delimitação da zona, metamorfoseando-a em local de peregrinação, dotado de um quase iniciático percurso traçado por Rogério de Azevedo, iniciado no

«átrio» frente ao Paço, onde se encontra a estátua do fundador, prosseguindo pela Igreja de S. Miguel e atingindo, finalmente, o Santo dos Santos do Castelo.

Esse carácter sagrado não podia permitir, nas suas proximidades, a presença do profano edifício dos Paços de Concelho de Marques da Silva, cujas obras prosseguiram em bom ritmo até 1928, (por coincidência, ano da fundação do Estado Novo) quando, durante a vigência da Comissão Administrativa presidida por António Coelho Motta Prego, explodiu a polémica na imprensa vimarenense sobre a sua viabilidade, retomando-se a antiga ideia de instalar a Câmara no edifício do Paço dos Duques. Finalmente, em 1934, a D. G. E. M. N. do norte aconselhou a suspensão dos trabalhos e a adaptação dos Paços dos Duques a edifício municipal. No seu parecer, referem-se, entre outros, e justificando o seu abandono, o custo excessivo da obra, o excesso de pormenores ornamentais «sem justificação estética». O último pagamento ao arquitecto Marques da Silva data de 1937. Com o edifício inacabado e abandonado, a polémica prosseguiu, tendo-se pensado na construção de uns novos Paços do Concelho na nova Avenida dos Palheiros ou Duarte Pacheco e, ainda em 1952, o arquitecto Paulino Montez se referiu ao projecto como sendo «impregnado de espírito arqueológico, hoje condenável». Finalmente, em 1954, iniciou-se a demolição.

Finalmente, em 1934, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do norte aconselhou a suspensão dos trabalhos e a adaptação dos Paços dos Duques a edifício municipal. Referiu no seu parecer, entre outros itens, o custo excessivo da obra e o excesso de pormenores ornamentais «sem justificação estética». O último pagamento ao arquitecto Marques da Silva foi feito em 1937. Com o edifício inacabado e abandonado, a polémica prosseguiu, tendo-se pensado na construção de uns novos Paços do Concelho na nova Avenida dos Palheiros, ou Duarte Pacheco e, ainda em 1952, o Arquitecto Paulino Montez se referia ao projecto como sendo «impregnado de espírito arqueológico, hoje condenável». Finalmente, em 1954, iniciou-se a demolição, embora ainda em 1966 Mariano Felgueiras escrevesse ao deputado Duarte Amaral sobre as vantagens da construção, com modificações interiores, do abandonado projecto de Marques da Silva. Já antes, em 1955, tinha preconizado, no jornal «Notícias de Guimarães» a sua edificação no lado Norte do Tournal.

O revivalismo historicista de Marques da Silva e dos homens da primeira República não se coadunava com o tipo de arquitectura «moderna» pretendido pelo executor e ideólogo do regime, respectivamente Duarte Pacheco e António Ferro, como símbolo

do poder revolucionário e realizador do Estado Novo face à «inoperância» da primeira República. O regime, contudo, teve o cuidado de nunca se pronunciar abertamente pela demolição, gerindo ambigualmente, durante anos, um processo que conduziu ao progressivo desinteresse e esquecimento da população vimarenense pela obra, até que a destruição se tornou inevitável, tendo mesmo assim deixado o ónus da decisão à Câmara Municipal.

Juntamente com o parque, a melhoria de acessos à «colina sagrada» era prioridade para a realização das Festas Centenárias, sendo para tal necessárias obras de vulto na antiga rua dos Palheiros. O Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, interessou-se pessoalmente pelo assunto, e a nova rua, depois de acesa polémica com a edilidade vimarenense sobre as responsabilidades e custos da sua execução, e da aprovação de um projecto menos ambicioso que o original, por exigência do ministro e da autoria de Faria da Costa, acabou por se efectuar. Simples alargamento da via pré-existente, foi urbanizada com moradias unifamiliares de r/c e primeiro piso, e ligando-se a ela, foi prolongada a rua Serpa Pinto, o que permitiu o acesso à estrada de Fafe. Por aí circulou, a partir de então, o trânsito que de Braga, Porto e Famalicão se dirigia a Fafe e Basto, evitando assim o centro da cidade. A abertura do arruamento está também indissociavelmente ligada à urbanização do triângulo compreendido entre ela e a rua de Francisco Agra, antiga Santa Luzia, permitindo o crescimento da cidade para NO.

Em 1931, a Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de S. Paio apresentou à Comissão Administrativa da Câmara Municipal uma petição que solicitava a abertura urgente do «...prolongamento da rua de Gil Vicente até se encontrar com a estrada nacional que liga a Famalicão...», o que evitaria a passagem do tráfego, como até aí era feito, pela rua de D. João I, « ...de capacidade inferior à que o intenso movimento...». A abertura da nova artéria constituiria ainda «...um complemento indispensável ao plano de construção do novo mercado que V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> se propõe efectuar...». A Câmara foi sensível ao pedido e, no mesmo ano, o projecto da nova artéria, denominada numa primeira fase Av<sup>a</sup> dos Pombais, depois Conde de Margaride, foi aprovado. As obras foram também prolongadas, e embora já em 1936 se circulasse pela rua, ainda não pavimentada, só em 1940 a Câmara arrematou a sua conclusão.

O mercado referido na petição da Comissão Administrativa da freguesia de S. Paio acima indicado, era o Mercado Municipal, edificado no local da antiga praça do



mesmo nome. Com um primeiro projecto de Marques da Silva datado de 1927, foi depois prosseguido com alterações pelo seu genro e filha David e Maria José Moreira da Silva, tendo sido concluído, como outras obras iniciadas em Guimarães nos anos trinta, já na década de sessenta.

As preocupações com o património não estiveram apenas a cargo dos Monumentos Nacionais e, em 1931, «...a primeira depois da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa...» foi criada em Guimarães uma Comissão de Estética «...fazendo submeter à sua jurisdição artística todos os projectos que viessem alterar qualquer edifício com carácter arquitectónico ou a estrutura geral da cidade...». Do trabalho da primeira Comissão de Estética, no triénio de 1931-34, resultou, conforme informa Alfredo Guimarães em 1940, uma «renovação artística» na rua de Santa Maria. Mais que uma intervenção, tratou-se, ainda segundo o mesmo autor, de uma «...reconstituição...grandes habitações rotuladas, bons ferros, aqui e além batidos nas oficinas da terra, varandas com os fortes balaústres de castanho rodados de esferas, outras com a decoração esculpida de grotescos, outras ainda pintadas de albarradas e aves como o nosso mobiliário de setecentos...». O piso da rua recebeu ainda um lageado e a «reconstituição» foi no género, pioneira em Portugal.

Em 1934 deu-se em Portugal uma autêntica revolução urbanística, com a criação, por Duarte Pacheco, dos Planos Gerais de Urbanização. O regime, para acentuar o seu carácter «moderno» necessitava de instrumentos de regulamentação e modernização urbanas. Assim, em 1944 foi criada a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização e, em 1948, 28 anteplos, figura esta que, a partir de 1946, foi considerada suficiente para substituir os Planos Gerais, estavam aprovados, 214 estudados ou em estudo.

Os primeiros Planos de Urbanização portugueses foram obra de prestigiados urbanistas estrangeiros, o primeiro dos quais foi o francês Agache, autor do primeiro Plano de Urbanização da Costa do Sol, entre Lisboa e Cascais, no ano de 1933. Em 1938, a Câmara do Porto contratou o italiano Piacentini para o seu Plano Geral de Urbanização, prosseguido depois pelo seu compatriota Muzio. Também em 1938 Duarte Pacheco convidou, para substituir Agache, um seu antigo colaborador, o russo exilado Etienne De Groer, ambos homens ligados ao movimento inglês das cidades-jardim. De Groer foi personalidade fundamental na definição dos primeiros planos urbanísticos portugueses e na política do Estado Novo com eles relacionada. Entre outros, foi autor do plano de urbanização de Braga (1942) e com ele colaborou o

urbanista David Moreira da Silva nos planos de Luanda e Coimbra. Juntamente com Faria da Costa, cuja obra mais importante será o plano de urbanização de Alvalade, Moreira da Silva era, na época, o único português profissionalmente capacitado para a prática do urbanismo, tendo-se ambos licenciado no Instituto de Urbanismo de Paris. Os dois vão trabalhar em Guimarães, o primeiro, como foi referido, no Plano de Urbanização da zona do Castelo e seus acessos, o segundo no primeiro Plano de Urbanização de Guimarães, datado de 1953, mas iniciado ainda na década de 40. A versão original do plano foi apresentado à Câmara Municipal de Guimarães em 1949 pelos arquitectos David e Maria José Moreira da Silva. Em 1953, depois de aprovado por uma Comissão nomeada pela Câmara e pelo Conselho Municipais, foi enviado para apreciação do Conselho Superior das Obras Públicas e apenas em 1955 entrou em vigor.

O Plano de Urbanização de Guimarães de Moreira da Silva, que já tinha realizado, entre outros, os de Moledo do Minho em 1941, Águeda e Matosinhos em 1943, não foge às linhas gerais da sua obra, em que a influência de De Groer foi determinante. Apesar do seu eclecticismo e pragmatismo, adaptando-se a situações concretas, a cidade-jardim inglesa, com as suas zonas de expansão, zonas verdes e «unidades de vizinhança» é referência constante nos seus projectos. O mesmo aconteceu no de Guimarães, com a criação de uma zona verde contínua desde o Toural que, incluindo o largo 28 de Maio, chegaria ao largo República do Brasil através de uma projectada Alameda, do Parque de Jogos e do Parque da Colina, e de duas zonas de expansão a oriente e ocidente, não esquecendo ainda a consolidação de uma terceira, a NO, com o projecto de abertura de um arruamento entre a av<sup>a</sup> Duarte Pacheco e Santa Luzia.

O Jardim Público e o largo 28 de Maio tinham sido ajardinados e embelezados, entre 1932 a 1940, com a contribuição do arquitecto floricultor Jacinto de Matos e do escultor António de Azevedo e o Toural em 1953, com a colocação na redesenhada placa ajardinada central de uma fonte projectada pelo arquitecto António Sequeira Braga. Previstas no plano e para mais perfeita realização do contínuo ajardinado, foram efectuadas demolições no seu lado sul, o que permitiu a construção da Caixa Geral de Depósitos, concluída em 1960. Para completar a união ao largo República do Brasil, antigo Campo da Feira, através da projectada Alameda da autoria do arquitecto Perez Fernandes, era necessário proceder à demolição do quarteirão aí existente, onde se erguiam os seiscentistas Hospital e Igreja de S. Dâmaso, para além de uma «casa

medieval», que viria a ser preservada e transferida para o largo de S. Tiago, onde ainda hoje se encontra. A Igreja de S. Dâmaso também foi poupada e transferida, depois de intensa polémica sobre a sua nova implantação, para o topo norte do antigo Campo do Salvador, actualmente de S. Mamede, dando-se as obras por terminadas em 1965.

Como zona de expansão citadina, Moreira da Silva privilegiou a zona a oriente da «pata de ganso» do Plano de 1925, onde se iniciou em 1958 a construção do novo Liceu com capacidade para 1000 alunos, utilizando «alvenaria e materiais da região» e se urbanizou a zona circundante a ele, na linha de pensamento de De Groer e dos adeptos da cidade-jardim, sobretudo com moradias unifamiliares de um ou dois pisos, evitando-se a construção em altura, e tendo sempre em atenção a proximidade da zona monumental do Castelo. Integrado na urbanização foi o bairro de casas económicas da Federação de Caixas de Previdência, mais conhecido por bairro da Federação..

Pelo decreto-lei nº 23052 de 23 de Novembro de 1933, o Estado Novo dera um definitivo impulso à criação de casas económicas, «...casa salubre, independente, como um ninho lar da família operária..». Destinavam-se sobretudo a operários, funcionários públicos, empregados, membros dos sindicatos nacionais, militares. Encarregada dos projectos estava a D. G. E. M. N. que, contudo, os podia pôr a concurso ou ajustar a sua realização. Mais tarde, em 1945, surgiram os bairros de casas de famílias pobres, destinados a todos aqueles que não tinham possibilidade de adquirir as casas económicas. Em Guimarães, junto da zona do Liceu, na Arcela, foi em 1950 projectado um bairro económico pelo engº Fernandes de Sá, da D. G. E. M. N., que tinha também projectado o bairro de Gomes da Costa no Porto, e em 1958, estava já concluído.

Em 1962 encontrava-se terminado um plano parcial de urbanização da zona e, em 1968, foi apresentado o projecto para uma nova sala de cinema a construir na rua José Sampaio cujo carácter assumidamente moderno contrastava com a contida influência das Artes Decorativas no Cine Teatro Jordão, inaugurado em 1937 na Avª da Indústria. No Plano de Actividades da Câmara para 1970 ainda se afirma que «...a abertura de novos arruamentos na zona do liceu permitirá a construção de amplos edifícios de habitação...», sinal de que o plano da área ainda não tinha sido completamente executado.

É de realçar, também, que ao contrário dos dois outros planos já referidos para Guimarães, o oitocentista de Almeida Ribeiro e o «republicano» de Luís de Pina, e na

continuidade dos Planos de Urbanização modernos criados por Duarte Pacheco em 33, o Plano de Moreira da Silva preocupou-se já com as infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água. Foi na década de cinquenta que o abastecimento de água à cidade foi melhorado, com a inauguração, em 1953, da estação elevatória do Ave e se efectuaram os primeiros trabalhos de construção de uma rede de saneamento, iniciada a partir da zona alta da cidade.

Na praça anteriormente reservada para os Paços do Concelho de Marques da Silva, entretanto demolidos, arrancou em 1955 a edificação do Palácio da Justiça projectado pelo arquitecto Januário Godinho. Inaugurado em 1960, pertence já a uma fase final da arquitectura oficial do Estado Novo, classicizante e com marcada influência da arquitectura fascista italiana. A urbanização da praça, que num conceito oposto ao de Luís de Pina e Marques da Silva, deixaria livre a placa central, onde se ergueu apenas a estátua da condessa Mumadona oferecida pelo governo à cidade e obra do escultor Luís de Brée, pertenceu ao arquitecto Luís Benavente. O projecto incluiu ainda o arranjo cénico do Parque da Colina sobranceira à praça, da autoria do arquitecto Alberto Silva Bessa. Todo este conjunto se encontrava previsto no plano de Moreira da Silva, que ao contrário do plano Luís de Pina, «restituia» a zona monumental do Castelo à cidade antiga, através da criação do parque onde foi englobada a capela seiscentista de Santa Cruz que o separa do Liceu e da urbanização envolvente

Outra zona de expansão se desenhava, desde o rasgar, ainda no século XIX, das ruas Gil Vicente e Nova de Mercado, para ocidente de Guimarães, entre as antigas estradas para Braga e Vila do Conde/ Famalicão. A abertura da Av<sup>a</sup> Conde de Margaride, prolongamento da rua Gil Vicente, foi um factor de expansão citadino, e o plano de Moreira da Silva não se esqueceu desse facto, projectando para junto dela dois importantes equipamentos, ambos novidade absoluta em Guimarães: uma central de camionagem e um Estádio Municipal com Parque de Jogos.

Para implantação do primeiro, a central de camionagem, era indicada no plano a necessidade de se abrir um arruamento e uma praça. Tal arruamento ligaria a Av<sup>a</sup> Conde de Margaride à antiga estrada para Braga, agora rua de S. Gonçalo, e a central seria instalada numa praça entre as duas, juntamente com a estrada de Santo Tirso/Porto as de maior tráfego automóvel de Guimarães. As antigas estações de diligência do século XIX situavam-se no Toural e zona circundante, a nova implantação da central é sintomática da evolução do processo urbano. O cruzamento de vias que

fizera a fortuna de Guimarães, devido ao volume de trânsito por elas canalizado, ameaçava agora estrangulá-la, sendo vital, portanto, afastá-lo do centro da cidade. A esse princípio, para além da implantação da central de camionagem em posição descentrada, da ligação rua Gil Vicente - Serpa Pinto - estrada de Fafe, obedeceu também a construção da 1ª fase da Rodovia, entre Covas e o Castanheiro, inaugurada em 1960, e que pretendia, quando da conclusão da 2ª fase até às Estradas Nacionais Nº 206 em Creixomil e 101 em Caneiros, afastar do núcleo citadino o trânsito que, proveniente de Santo Tirso e Porto se dirigisse para Braga, Fafe e Basto.

A abertura de novas vias, então como há mil anos, foi facto primordial de criação e estruturação urbanas, e toda a zona entra a Avª do Conde de Margaride e a rua de S. Gonçalo se vai rapidamente urbanizar, limitada por um segundo arruamento a oriente, junto aos Pombais, perpendicular à Avª Conde de Margaride e unindo-a à rua de S. Gonçalo. Assim, formou-se-se um bairro triangular com uma praça central reservada para a estação de camionagem, no qual foi integrada a antiga Casa do Preposto. Em 1962, afirmou um jornal vimarense: «... a nossa cidade tem hoje uma zona nova onde essa forma de modernismo se revela aos nossos olhos...». A oriente, no gaveto formado pela Avª Conde de Margaride e ruas de S. Gonçalo, esse «modernismo» é excelentemente representado por um edifício de 4 pisos, projecto do arquitecto Arménio Losa iniciado em 1960. São prédios de rendimento semelhantes que vão preencher quase completamente o quarteirão, em «...fachadas, cunhais vistosos nas cores dos seus azulejos ou painéis pintados e terraços de trabalhos domésticos...».

Também a norte dessa zona, na rua Alfredo Pimenta, a edificação de um equipamento tão importante como a nova Escola Técnica, inaugurada em 1959 e com capacidade para 1000 alunos, no local da antiga Escola Industrial, contribuiu para o aumento populacional da zona. Para além disso, entre a rua Alfredo Pimenta, onde se implantou a Escola Técnica, e a de S. Gonçalo, antiga estrada para Braga, o plano previa a construção do Estádio Municipal, inaugurado em 1965, e em seu redor uma vasta zona verde, o Parque Municipal ou Parque de Jogos, onde foi edificado um outro equipamento inédito em Guimarães, o pavilhão gimno-desportivo.

Em 1953, realizaram-se as comemorações do milenário da fundação de Guimarães e do centenário da sua elevação a cidade por D. Maria II em 1863. Entre as realizações levadas a cabo pelo regime, e correspondendo ao intenso desenvolvimento, sobretudo industrial, da cidade, encontrava-se a Exposição Industrial e Agrícola, no Campo do

Salvador, a norte do castelo. Constituída por vários pavilhões «...com um belo sentido moderno de arquitectura e decoração...», e dedicados à lavoura, projecto do Arquitecto Sequeira Braga, à têxtil, cortumes e calçados, cutelarias e ourivesaria, do Arquitecto Bastos Coelho e Eng<sup>o</sup> Justino Cruz, o conjunto teve direcção geral do Pintor Manuel Lapa.

Para a realização da exposição, produto da «vocaçã museológica» de Salazar e da necessidade de propagandear as realizações do regime, a escolha do local não foi inocente. Aí, segundo a tradição dera-se, em 1128, a batalha de S. Mamede, o combate «fundador» entre D. Afonso Henrique e sua mãe, a rainha D. Teresa, cuja comemoração também estava integrada nos festejos. O local sofreu trabalhos de terraplanagen para a realização da exposição e logo surgiu a ideia de se proceder ao seu arranjo definitivo, aliás já sugerido, anteriormente, numa vereação de 1936. Doravante oficialmente denominado Campo de S. Mamede, os trabalhos arancaram em 1960 e foram concluídos em 62, em simultâneo com os do Parque do Castelo. Mais tarde, uma segunda fase, projectada pelo arquitecto Silva Bessa, foi concluída, em 1965, com a implantação da Igreja de S. Dâmaso no seu topo norte, ficando então definitivamente terminado o arranjo do campo que, segundo palavras do autor do projecto se destinava à «...realização de manifestações culturais de elevada repercussão local ou nacional...». Faltava a melhoria dos seus acessos, para tal sendo abertos os arruamentos que o ligavam à estrada de Fafe e que já faziam parte do plano de Moreira da Silva e, anteriormente do de de Luís de Pina.

As preocupações monumentais com a parte alta da cidade, onde se concentravam, na óptica do Estado Novo, os seus edifícios históricos mais representativos, colocaram-se de forma mais premente sobretudo nos anos trinta e quarenta, embora a execução dos trabalhos então delineados se prolongasse até à década de sessenta. Estritamente dependente e condicionado por esta política de «restauração» e «reapresentação» monumentais tutelada pela D.G.E.M.N. foi o Plano Moreira da Silva, cujos primeiros estudos datam também dos anos quarenta, e que contemplava sobretudo zonas de expansão da cidade a oriente e ocidente, bem assim como a área imediatamente contígua à antiga muralha, correspondente aos antigos campos seiscentistas. Ou seja, a cidade tinha-se preocupado sobretudo com a seu casco exterior, votando um pouco ao esquecimento o núcleo histórico, correspondendo à antiga Vila Baixa, dentro de muros. Em meados dos anos cinquenta, tinha chegado a

altura de se inverter o processo desencadeado desde que, nos anos vinte, Luís de Pina se referira á necessidade de expansão, de «...sair...por uma forma rasgada, com amplitude, ar e luz...».

É portanto, por essa época, que os cuidados da Câmara e do Ministério das Obras Públicas se voltam para a cidade histórica, cujo estado de degradação era preocupante. Em 1955, um despacho contido no relatório do então Ministro das Obras Públicas, Eng<sup>o</sup> Arantes e Oliveira e efectuado depois de uma visita a Guimarães, sugeria que a Câmara deveria sujeitar todos os projectos «...de novas ocupações ou remodelações das existências...» à apreciação do Arquitecto Sequeira Braga, antes das obras serem autorizadas. Retomando ainda um pouco a ideia das «Comissões de Estética» dos anos trinta, apontava para a «...maior oportunidade de uma regulamentação municipal destinada a preservar a pureza arquitectónica dos edifícios antigos...», enfim todo um património que Guimarães devia «defender denodadamente». Para facilitar essa defesa patrimonial, e com a ajuda do arquitecto consultor da Câmara Silva Bessa, seriam demarcadas «...as ruas ou as zonas abrangidas e especificará o que é permitido que se faça e o que é vedado...». Data também de 1955 um ambicioso projecto, em coordenação com o Ministério das Obras Públicas do Eng<sup>o</sup> Arantes e Oliveira, de recuperação da rua de Santa Maria. Só em 1962, contudo, o Ministério concedeu um subsídio de 1000 contos «... depois de breve estudo em que intervieram os serviços das D. G. E. M. N. e D. G. S. U....». O projecto previa o restauro de 11 casas da rua, e a construção de 34 habitações para os habitantes assim desalojados e, «... valorizando a parte antiga da cidade ajuda a processar o saneamento moral e social de uma muito infestada zona de que serão deslocadas autênticas colmeias humanas...». Só, porém, em 1971, o anteprojecto do Arquitecto Silva Bessa foi concluído, com a utilização de nove prédios, destinados a restaurantes, a uma residencial, habitação e uma série de pequenos estabelecimentos. Era ainda intenção da Câmara «...o restauro da zona medieval do velho burgo vimarenense compreendido pela senhora da Oliveira, praça de São Tiago, largo de Santa Clara, Viela dos Açoutados e rua de Santa Maria...».

Outras obras, porém, se realizaram na cidade histórica. A vereação de 1955 a 1958 levou a cabo trabalhos de urbanização nos largos dos Laranjais e Navarros de Andrade, e faltava resolver o problema do antigo largo de S. Paio. O Plano de Moreira da Silva previa, na continuidade do plano de melhoramentos do largo aprovado em 1913, e que levou ao início da demolição da igreja medieval no mesmo ano, o prosseguimento do

seu arranjo. Agora chamado Condessa do Juncal, a sua «adaptação ao antepiano de urbanização» iniciou-se em 1961, tendo sido necessário para isso proceder a várias demolições.

Neste «regresso à cidade», incluiu-se também a instalação definitiva dos serviços da Câmara no antigo Convento de Santa Clara. Data de 1958 o estudo da adaptação do edifício onde funcionava o liceu e, com projecto do arquitecto Luis Benavente, em 1968 deu-se a instalação definitiva. Sintomáticas desse cuidado com a cidade antiga, são também as vozes que se levantam a pedir a intervenção urgente da D. G. E. M. N. nos Conventos de S. Francisco, S. Domingos e na Colegiada, qualquer deles à época muito degradado e subalternizados em relação ao conjunto monumental da «colina sagrada».

Em 1965, a Câmara já tinha aprovado a revisão do Plano de 1955. As razões invocadas relacionavam-se com a sua desactualização, pois «... na data em que foi aprovado já não correspondia às exigências do surto da evolução económica...». As directrizes do novo plano deveriam ser «...o respeito pelas pedras e elementos de valor histórico e artístico, o estabelecimento de novos elementos de coordenação com aquele património evitando-se a disparidade chocante pela proximidade, redefinição de novas zonas que permitam o desenvolvimento da indústria nos moldes modernos com aproveitamento das áreas suburbanas, fixação de novas zonas residenciais que permitam a construção de prédios em altura, sem exclusão evidentemente das destinadas a prédios isolados unifamiliares também com aproveitamento das áreas suburbanas, regulamento adequado de todas estas zonas..».

A política dos Monumentos Nacionais, com as numerosas restrições que colocava à construção, estava a causar problemas urbanísticos a Guimarães. Com o enorme acelerar do desenvolvimento industrial da cidade na década de sessenta, que levou ao multiplicar de unidades fabris de grandes dimensões na área Sul e SE da cidade, o problema habitacional agudizou-se, e grande número dos trabalhadores da indústria, do comércio, dos serviços habitavam nos concelhos limítrofes de Braga e Santo Tirso. Necessário era, como se afirma na resolução camarária, disciplinar essa explosão de unidades industriais, mas necessário era também prover habitação condigna e económica para os seus trabalhadores.

O Presidenta da Câmara, em 1969, discursando perante o ministro das Obras Públicas de então, Rui Sanches, referiu-se ao «horror do contraste» entre a arquitectura antiga e moderna, que não poderia ser impeditivo da construção e a «falsa antimonia»



existente entre elas. Como resolver portanto o problema? Para uma zona «afastada dos monumentos nacionais», afirmou então que «um arquitecto competentíssimo» tinha já traçado um plano de urbanização, que privilegiava a construção em altura. A zona ficava a norte do Parque da Cidade, limitada a Nascente pela rua Alfredo Guimarães, a norte pela viela entre a extremidade da rua e a zona da capela de Nossa Senhora da Conceição, a ocidente pela estrada de Braga e o Arquitecto Arménio Losa, estava, desde 1967, contratado pela edilidade para a realização do desejado novo Plano de Urbanização de Guimarães.

Arménio Losa fora um dos arquitectos que em 1948, juntamente com Viana de Lima e Lobão Vidal no primeiro Congresso dos Arquitectos Portugueses, seguindo os princípios da carta de Atenas, propôs um novo tipo de cidade, a «cidade radiosa», em rutura com a cidade jardim e as suas extensões de casas unifamiliares. A ela contrapôs a construção em altura, mais económica e mais adequada para resolver os problemas da habitação. Passando da teoria à prática, Arménio Losa realizou em 1949 o antepiano de Vila Nova de Gaia, o primeiro em Portugal a utilizar os princípios da Carta de Atenas.

O plano «...para a expansão urbanística zona de Nossa Senhora de Conceição...» foi apresentado ao público em 1970 e, na memória descritiva, o seu autor alertou para os perigos da disseminação da construção «...sem estruturas, serviços e equipamentos adequados...» e da sua «...excessiva e perigosa concentração em zonas já saturadas e de tráfego difícil...», resultado da «carência de frentes de construção». Para resolver o problema propunha «uma imediata expansão urbana» e a zona da Conceição, seria a ideal para isso, pois dispunha de excelentes exposição e panorama da cidade, do Castelo, e do Paço dos Duques, ainda do baixo custo dos terrenos, na sua maior parte de mato ou de lavradio (o plano havia sido considerado, pelo plano de Moreira da Silva, zona verde). Os edifícios a construir seriam, na sua quase totalidade, blocos de quatro ou seis andares, e apenas um pequeno sector, junto à Capela de Nossa Senhora da Conceição, era dedicado a moradias. Com muitas alterações, este projecto, aprovado em 1971, estará na base da última extensão urbana moderna da cidade, anterior portanto ao 25 de Abril de 1974.

Em 1972, sendo Primeiro Ministro o Professor Marcelo Caetano, Guimarães verá a sua área urbana aumentada, pelo decreto lei nº 328 de 72, para o dobro daquela que lhe tinha sido assinalada em 1962. A proliferação da construção mais ou menos

clandestina, em núcleos mais ou menos dispersos, com a consequente esbatimento entre o centro urbano e as freguesias limítrofes, que cada vez mais adquiriram características de urbanidade, conduziu à necessidade de um Plano Director de toda a área, abrangendo as freguesias de Pevidém, Candoso, Mascotelos, Fermentões, Costa, Urgeses e Creixomil. O tecido urbano original da cidade foi a partir de então indistinto do da sua envolvente, e as certezas globalizadoras da modernidade insuficientes para moldar a «constelação desordenada».

Durante esta fase, que engloba os cinquenta anos decorridos de 1925 a 1975, dois fenómenos urbanos são determinantes em Guimarães: a expansão urbana regulada pelos diferentes planos, sobretudo o Plano Moreira da Silva de 1955, aquele que teve maiores possibilidades de execução, e a acção dos Monumentos Nacionais, que levou a cabo a política de «Restauração» do Estado Novo e teve reflexos importantes no tecido urbano vimarenense, pelas diversas condicionantes colocadas à construção, pelo impacto das intervenções efectuadas.

O aumento populacional, produto sobretudo do grande desenvolvimento industrial, levou em Guimarães na década de sessenta à reformulação dos conceitos da cidade jardim que tinham estado na base do plano de Moreira da Silva, e o novo plano de expansão de Arménio Losa assume plenamente a rutura. A cidade nova será edificada numa área considerada zona verde pelo plano de 1955, a construção em altura, embora limitada, será aí dominante. A tipologia das moradias unifamiliares de R/C e primeiro, que desde os anos trinta e quarenta principalmente se implantara em Guimarães, e que gozara também dos favores da D.G. E. M. N. para a edificação de bairros económicos, cedeu o lugar aos modernos prédios de habitação, por vezes à torre isolada, como na rua Alfredo Guimarães e extremo sul da Av<sup>a</sup> Afonso Henriques.

Também provocada pelo aumento populacional e progresso material, a intensificação do tráfego teve como efeito imediato o congestionamento do centro. Consequentemente, e num processo inverso ao que conduziu à formação de Guimarães, sentiu-se a necessidade, durante esta fase, de o afastar para a periferia. Para isso se abriram novos arruamentos, se iniciou a construção da Rodovia, o que a mais ou menos curto prazo teve como consequência, num efeito perverso, o alargamento dos limites citadinos e a sua sobreposição aos das freguesias limítrofes, também elas inseridas num processo de expansão. A urbanidade e a ruralidade deixam de ser os universos antagónicos, mas conhecidos e fiáveis que a modernidade

procurara, através de vários instrumentos, regularizar e submeter. A nova realidade suburbana, incontável e invasora constituiu um novo problema com que Guimarães vai ter que se debater até aos nossos dias.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, Vias Medievais I -Entre Douro e Minho, diss. lic. dact., Porto, FLUP, 1968.

- «Arte da Alta Idade Média», in História da Arte em Portugal, Vol. II, Lisboa, 1986.

- «O Românico», in História da Arte em Portugal, Vol. III, Lisboa, 1986.

ALMEIDA, Eduardo de, Romagem dos Séculos I, Guimarães, 1923.

ALMEIDA, Pedro Vieira de, e FERNANDES, José Manuel, A Arquitectura Moderna, in História da Arte em Portugal, Vol. XIV, Lisboa 1986.

AUCCIAIOLI, Margarida, Os anos 40 em Portugal, o País o Regime e as Artes. Restauração e Celebração, Lisboa, 1991.

AZEVEDO, Padre Torcato Peixoto de, Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães, Porto, 1845.

BARROCA, Mário Jorge, «Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na Região de Amares», separata da Revista de História, Vol. IX, Porto, 1989.

- «O Castelo de Guimarães», in Patrimonia, nº1 Cascais, Outubro de 1996.

BRAGA, A.Vieira, Administração Seiscentista do Município Vimarense, Guimarães 1953.

- Curiosidades de Guimarães, Vol. XVIII, Guimarães, 1959.

BRANCO, Fernando Castelo, Guimarães nos Medos do Século XVIII, Guimarães 1981.

CALDAS, António José Ferreira, Guimarães, Apontamentos para a sua História, Porto 1881.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, Alargamento da Cidade e Novos Paços do Concelho, Guimarães, 1915.

CARDOSO, Mário, A Propósito das Muralhas de Guimarães, Guimarães 1957.

CARVALHO, A. L. de, Os Mesteres de Guimarães, Guimarães 1951.

COSTA, Padre Carvalho da, Corografia Portuguesa, Vol I, Lisboa, 1706.

CRAESBECK, Francisco Xavier da Serra, Memórias Ressuscitadas de um Corregedor de Entre Douro e Minho em 1726, Ponte de Lima, 1992.

FERREIRA, Maria de Fátima Falcão, Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520), Guimarães, 1989.

- «Um Percurso por Guimarães medieval no século XV», in Patrimonia, nº1, Cascais, Outubro de 1996.

FRANÇA, José Augusto, Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Lisboa 1977.

GUIMARÃES, Alfredo, Guimarães, Guia de Turismo, Guimarães 1940.

LOBO, Margarida Sousa, Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco, Porto 1995.

MARQUES, A. H. de Oliveira, Atlas das Cidades Medievais Portuguesas, Lisboa, 1990.

MEIRA, João de, «Conferência Inédita», in Revista de Guimarães, Vol XXXI, Guimarães, 1921.

MILHEIRO, Maria Manuela, «O Palácio e Quinta de Vila Flor», in Patrimonia, nº1, Cascais, Outubro de 1996.

MORAES, Maria Adelaide Pereira de, «Capelas Vinculadas na Colegiada», in Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II, Guimarães, 1981.

- Guimarães, Terras de Santa Maria, Guimarães, 1976.

OLIVEIRA, Aurélio de, «Rendas e Arrendamentos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães», 1684 - 1731, in Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães 1981.

OLIVEIRA, Manuel Alves de, Guimarães numa Resenha Urbanística do Século XIX, Guimarães 1986.

- Rectificação a uma Nota de Robert C. Smith a Propósito da Casa dos Lobos Machados, Braga 1977.

ROSÁRIO, Frei António do, «O Convento de S. Domingos e a Colegiada de Guimarães», in Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Vol. II, Guimarães, 1981.

ROSAS, Fernando, e BRITO, J. M. Brandão de (dir.), Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, 1996.

SILVA, José Custódio Vieira da, Paços Medievais Portugueses, Lisboa, IPPAR, 1995.

VÁRIOS, Guimarães do Passado e do Presente, Guimarães, 1985.